



Munich Personal RePEc Archive

**DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA
SUBSAARIANA AJUDA DA ONU AOS
PAÍSES AFRICANOS ANÁLISE DA
ÁFRICA DO SUL E LIBÉRIA**

Gabriel Cazotto

Universidade Presbiteriana Mackenzie

10. December 2007

Online at <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/6802/>

MPRA Paper No. 6802, posted 16. February 2008 12:40 UTC

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
Centro de Ciências Sociais e Aplicadas
Curso de Ciências Econômicas

DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA
AJUDA DA ONU AOS PAÍSES AFRICANOS : ANÁLISE DA
ÁFRICA DO SUL E LIBÉRIA

Gabriel Nickolas Cazotto
3043708-3

São Paulo
2007

Gabriel Nickolas Cazotto

**DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA
AJUDA DA ONU AOS PAÍSES AFRICANOS : ANÁLISE DA
ÁFRICA DO SUL E LIBÉRIA**

**Projeto de Monografia apresentado ao
Centro de Ciências Sociais e Aplicadas,
da Universidade Presbiteriana
Mackenzie como exigência para
aprovação em Monografia do Curso de
Ciências Econômicas.**

Orientador: Prof. Ms. Maurício Fronzaglia

**São Paulo
2007**

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Ms. Maurício Lobodo Fronzaglia pela grande e excelente ajuda e pelo carinho dado na orientação.

Ao Prof. Ms. Raphael Bicudo pela ajuda no empréstimo de livros e aulas sobre a África.

Ao Prof. Dr. José Caio Racy pelo incentivo a realização do trabalho.

Aos amigos Fernão Moreira Tálamo, Thiago Lima Freitas, Felipe Haddad, Felipe Canal, André Luiz Marques, Beatriz Klemes, Amanda Anjos, Bruno Eduardo Cisternas, Maurício pela ajuda e companheirismo durante esses 4 anos de faculdade.

Aos meus pais Dirceu Cazotto e Aparecida De Lamorte Cazotto pela paciência, e à toda minha família.

Aos amigos de infância Thiago Visconti Sacco, Renato Dib Kawana, Leonardo Lontro Carvalho, Rafael Varandas, Luciano Perdões, Douglas Medeiros, Thiago César Rubio e Francisco Carlos Bervenotti Filho, Leonardo Alves de Almeida pela ajuda.

Aos amigos Uriel Passos Rios, Sérgio Ricardo Roque e Gustavo Braga pelas incontáveis risadas e amizade durante a vida.

Ao meu melhor amigo e irmão, André Augusto Cazotto, que em um ano deverá estar passando pelo mesmo trajeto que eu.

À Instituição pelo ambiente criativo e amigável que proporciona.

Á um grande amigo da vida, Dr. Estevão Vadasz

Finalmente, Á Deus, Jesus Cristo e minha protetora e padroeira Nossa Senhora, a quem nada é impossível.

Give a person a fish and he or she can eat for a day; but teach that person how to fish, and he or she can feed the family for a lifetime (parafraseado de um antigo provérbio chinês – Relatório de Desenvolvimento Humano Libéria, 2006, p.11).

Resumo

O Objetivo da dissertação é analisar o desenvolvimento dos países da África negra, no caso específico da Libéria e África do Sul, escolhidos por serem respectivamente um dos mais pobres e o mais desenvolvido dos países subsaarianos, e a ajuda que eles recebem do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para realizar as Metas do Desenvolvimento do Milênio, propostas em 2000 pela ONU. O problema é discutido através de uma análise econômica com base nos Relatórios de Desenvolvimento Humano e uma análise teórica com base principalmente em Jeffrey Sachs e Amartya Sen, sobre a pobreza e sua erradicação na África.

Palavras – Chave : Erradicação da Pobreza. África do Sul. Libéria.

Abstract

The main goal of this dissertation is to analyse the development of the Black Africa, more specifically Liberia and South Africa, chosen for being respectively one of the poorest and the most developed country from Sub – Sahaarian Africa, and the help that they receive from the United Nations Development Programme (UNDP) to accomplish the Millennium Development Goals proposed in 2000 by UN. The problems are discussed by doing an economic analysis from the Human Development Reports and a theoretical view of the works of Jeffrey Sachs and Amartya Sen, about poverty and its eradication.

Keywords : Poverty Eradication. South Africa. Liberia.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1.1. Visão Geral da ONU e seus programas.....	14
1.2. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.....	23
1.2.1. As metas do PNUD.....	23
1.2.2. O Desenvolvimento de Capacidade.....	26
1.2.3. Os Relatórios de Desenvolvimento Humano.....	28
1.2.4. Informações Administrativas.....	32
1.3. As Metas do Desenvolvimento do Milênio e Políticas para Erradicação da Extrema Pobreza.....	35
2.1. Análise da África do Sul.....	42
2.1.1. História da África do Sul.....	42
2.1.2. Análise da África do Sul a cumprir as Metas do Desenvolvimento do Milênio.....	44
2.2. Análise da Libéria.....	63
2.2.1. História da Libéria.....	63
2.2.2. Análise da Libéria a cumprir as Metas do Desenvolvimento do Milênio.....	66
3.1. Breve apresentação dos índices finais sobre as Metas do Desenvolvimento do Milênio da África do Sul e Libéria.....	76
4.1. Conclusões.....	79
4.1.1. A Pobreza como Privação de Liberdade.....	79
4.1.2. Meios de combater a pobreza, principalmente na África.....	81
Bibliografia.....	86

Figuras

1.1. Quantidade de Estados-Membros da ONU e Liga das Nações ao redor do tempo.....	16
1.2. Organograma dos diversos órgãos em funcionamento da ONU.....	22
1.3. Funcionamento do Processo de Iniciação de um Desenvolvimento de Capacidade.....	26
1.4. IDH Geral das principais regiões do Mundo.....	32
1.5. Porcentagem de pessoas vivendo com menos de 1 US\$ dólar ao dia.....	36
1.6. Armadilha da Pobreza.....	39
1.7. O Papel da AOD.....	40
2.1. IDH África do Sul x IDH África Subsaariana.....	46
2.2. Comparação dos três índices Sul-Africanos, Gini, IDH e IPH entre 1995 e 2005..	46
2.3. Fatores que contribuíram para a queda do IDH da África do Sul.....	47
2.4. Exportações da África do Sul em 2006.....	48
2.5. Crescimento do PIB na África do Sul em porcentagem.....	48
2.6. Crescimento do PIB e do PIB per capita da África do Sul nos últimos 40 anos.....	49
2.7. Inflação da África do Sul.....	50
2.8. Nível de Corrupção no Mundo	52
2.9. Distribuição de Serviços Básicos nas Escolas Sul-Africanas.....	54
2.10. Taxa de Infectados com HIV / AIDS nos últimos 15 anos (%).....	56
2.11. Expectativa de Vida na África do Sul.....	57
2.12. Maiores causadores de morte na África do Sul.....	57
2.13. Infecção de HIV / AIDS x Expectativa de Vida.....	58
2.14. Densidade Populacional da África do Sul.....	60
2.15. Relação de Crimes (Assalto, Estupro, Assassinato) em uma área Urbana (Pretória, Gauteng) e uma área rural (Kimberley, Northern Cape).....	61
2.16. PIB da Libéria nos últimos 20 anos em milhões de dólares.....	67
2.17. Crescimento Anual do PIB da Libéria em Porcentagem.....	67
2.18. Exportações e Importações da Libéria.....	68
2.19. Inflação da Libéria nos últimos 10 anos.....	69
2.20. IDH Libéria x IDH África Subsaariana.....	70
2.21. Comparação dos dois índices Liberianos, Gini e IDH entre 1995 e 2005.....	71
2.22. Índice dos Países Falidos, Com indicação da Libéria.....	71
2.23. Número de mortos por HIV / AIDS na Libéria nos últimos 5 anos em milhares de pessoas.....	73
2.24. Expectativa de Vida na Libéria, nos últimos 5 anos.....	73
2.25. Taxa de Mortalidade Infantil (mortes/1000 nascimentos) na Libéria.....	74
2.26. Taxa de Alfabetizados na Libéria em %.....	75
3.1. África do Sul : Balanço das Metas do Desenvolvimento do Milênio.....	76
3.2. Libéria : Balanço das Metas do Desenvolvimento do Milênio.....	77

Tabelas

1.1. Secretários das Nações Unidas.....	20
1.2. Membros do Comitê Executivo do PNUD.....	34
2.1. Índice de Pobreza na África do Sul.....	45
2.2. HIV / AIDS por Raça, Cor, Gênero na África do Sul.....	58

Introdução:

As políticas de ajuda a erradicação da pobreza em países africanos pela ONU, realmente ajudam a tais países em Longo Prazo? Os países da África subsaariana estudados serão capazes de cumprir as metas do Milênio?

Esse será o principal foco de estudo desse trabalho, onde a principal meta é entender o que são as metas do desenvolvimento do milênio, e se os países estão aptos a realizá-los até 2015. Para isso serão escolhidos dois países situados na África Subsaariana, o primeiro, é o país de maior IDH e de maior riqueza da África negra, localizado na África Setentrional, a África do Sul é um dos países de maior visibilidade no exterior, principalmente após a queda da apartheid e vista nos últimos 30 anos como o país que separava a população negra, da população branca, não somente isso, mas recentemente o maior país com captação de riqueza externa e inserção de indústrias estrangeiras da região, um país com maior visibilidade ainda, após o Campeonato Mundial de Rúgbi em 1995 e a eminência da Copa do Mundo FIFA em 2010. O segundo país é talvez o mais pobre país da África Subsaariana, a Libéria, onde a recente guerra civil assolou o país, causou milhares de mortes e refugiados, deixando o país em uma situação deveras calamitosa, onde cito uma das frases de um recente filme “Senhor das Armas” de Nicolas Cage em referência à Libéria durante a guerra civil “É como se estivéssemos em outro planeta”, e com uma peculiaridade, muitos estudos citam que o principal fator para a pobreza dos países de 3º mundo é a colonização por exploração, e o fato de ter sido uma colônia anteriormente, a Libéria vai contra esse prognóstico e nascido como uma república livre de ex-escravos americanos consegue ter um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do mundo, quando se encontrava dados para medi-los.

Para realizar tais análises usaremos de índices que nos mostrem como anda a economia da África, como Índices sócio – econômicos, sejam eles o IDH, o IPH, o índice Gini, índices puramente econômicos, como Inflação, Crescimento do PIB, PIB per capita, e índices puramente sociais como taxa de analfabetismo, mortalidade infantil, numero de pessoas com HIV / AIDS, numero de pessoas com acesso a saneamento básico.

No primeiro capítulo, irei principalmente explicar o que é a ONU, como ela se subdivide e citarei o principal apêndice da organização que trata do desenvolvimento no mundo, o PNUD, mostrando quais são suas metas, como foi fundado e suas implicações e ajuda a tais países, exibindo quais são as metas do desenvolvimento do milênio, estipuladas no ano 2000 e uma pequena divagação sobre o que é a extrema pobreza e como ela assola África, através de uma visão do livro recente de Jeffrey Sachs “O Fim da Pobreza”.

No segundo capítulo iniciarei a análise econômica do primeiro país a ser estudada, a África do Sul, exibindo primeiramente um contexto histórico e entrando na conjuntura econômica do país focando principalmente o fim da apartheid, o país com maior número de incidências de AIDS / HIV e o país com maior criminalidade e a situação política do país após a saída de Nelson Mandela.

Continuando no segundo capítulo, farei uma análise econômica da Libéria, explicando o porquê de ser tão difícil encontrar dados para elaborações de índices no país, além de um contexto histórico e uma análise puramente econômica de seus índices, divagando também sobre a política recente do país após a guerra civil.

No terceiro capítulo, mostrarei duas tabelas dos resultados das Metas de Desenvolvimento do Milênio dos países e uma rápida análise do que eles conseguirão realizar e o que estão longe de realizar.

Por fim, nas conclusões farei uma explanação do que é a pobreza em todos os países do mundo, e o que ela representa para o desenvolvimento social, econômico e até mesmo da liberdade das pessoas via pobreza, explicado por Amartya Sen em “Desenvolvimento como Liberdade”, e tentando indicar certas resoluções para o fim da pobreza e modos de erradicação da mesma, na África tendo como base estudos de Sen, Sachs, Prebisch, Furtado, Kyambalesa e os economistas do PNUD.

1.1. Visão geral da ONU e seus programas.

Criada em 1945, em São Francisco, para suceder a Liga das Nações, a ONU representava, na época, a força dos aliados após a vitoriosa campanha na segunda Guerra mundial, ela tinha como principal função à manutenção da paz e a divisão dos territórios conquistados dos países do Eixo (formado por Japão, Itália e Alemanha), sempre que o mundo se encontra abraçado por uma tensão global pós-guerra, a sociedade representada pelo seu Estado, e veja que nesse estado se inclui principalmente as Grandes Potências, aquelas vitoriosas no combate ocorrido anteriormente, buscando a permanência do seu poder nos anos a seguir, sendo prioritariamente a resolução de seus interesses, para depois uma busca geral de garantir segurança para a prevenção de futuros conflitos, buscando também a soberania de seus Estados, tendo como ideologia uma motivação *idealista*, e uma *realista*, a primeira diz no intuito das leis, a solidariedade na ajuda dos povos via tratados e conselhos, segunda se preocupa na realização de tais tratados, punindo aqueles que visarem não cumprir o estipulado, “Essa coletividade dos Estados é a principal fonte da lei internacional” (Merle, 1995), “O Estado é seu próprio sujeito por excelência” (Merle, 1995).

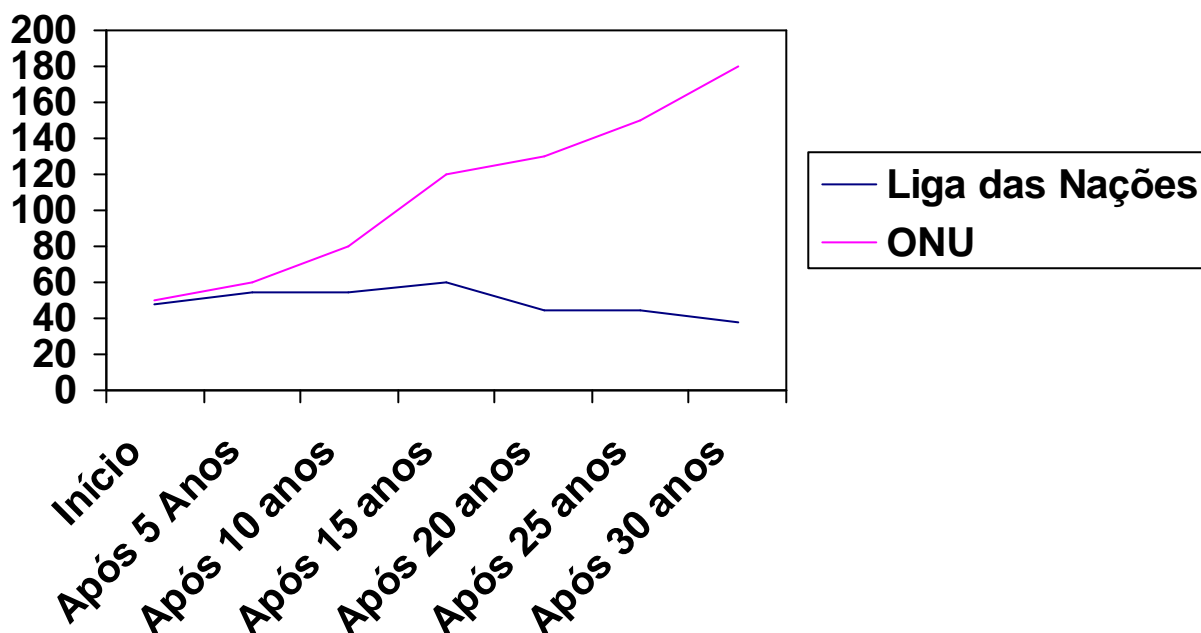
Tal incessante busca acontece desde períodos muito antigos da humanidade, antigas cidades-estados gregas já criavam alianças para defesa de territórios, contra Macedônios e Persas. Assim são criadas tais organizações, que nada mais são do que prerrogativas para uma institucionalização de alianças interestatais (Merle, 1995).

Isso tem se repetido sempre que o mundo passa por uma grande mudança, sejam reuniões fixadas após o tratado de Versalhes após a primeira guerra mundial, o tratado de Vestfália após a guerra dos 30 anos no século XVII, como indo mais distante O Congresso de Viena pós-guerras napoleônicas - novamente mostrando que após conflitos importantes, as grandes e vitoriosas potencias da época se juntam para formular um jeito de manutenção de territórios e paz, assim como interesses políticos nos anos seguintes. “Muitos deles [Estados] já participavam das relações internacionais até mesmo antes do início da Guerra Fria, e alguns até mesmo antes da constituição do sistema de Estados criado em Vestfália” (Fronzaglia, 2005)

A sociedade busca um auxílio que seria transmitido por esses órgãos sem interferência direta do Estado, pelo menos na teoria, sem que os próprios órgãos interfiram na soberania do mesmo. “A possibilidade de comandar e de governo, sem receber ordem de ninguém por qualquer um de outra terra” (Jean Bodin, 1576).

A primeira grande experiência mais recente nesse âmbito de auxílio internacional solidário via órgão único, se veio através das Ligas das Nações, criada pós-primeira guerra, nessa se resultou um grande fracasso, os países membros, que teoricamente teriam direito a veto e constante poder de decisão foi rebaixado a segundo plano pela própria organização, que tomava as próprias decisões que só agradavam o seu cunho político, países que teoricamente nem independente eram, como Índia eram aceitos em seu âmbito em contrapartida a recentes estados independentes como a Etiópia, e países excluídos pela derrota na primeira grande guerra, como Alemanha e Turquia (centro do império Otomano), sem um estatuto que poderia conservar a vigência dos membros associados e quase que uma autoritária seleção de novos membros não demorou muito que alguns países se tornassem sua presença insustentável, e como no caso do Brasil, se retirassem da Liga das Nações, o que causaria sua derrocada, ao passar dos anos, cada vez mais membros foram saindo da organização, sendo que não restasse nem mesmo alguns de seus fundadores como a própria Rússia, já com o nome de União Soviética, após a revolução de 1917, que já pregava o comunismo e via a Liga das Nações como um empecilho para sua busca em aliados, após várias sanções da SDN (Liga das Nações) ela é finalmente expulsa em 1939. Mesmo com sucessos como a manutenção do Sarre, província, hoje, germânica, como país independente, a SDN se viu fadada a grandes fracassos na manutenção de paz, como a não intervenção na civil guerra espanhola, no ataque japonês a Manchúria ou a tomada de territórios Etíopes pela Itália, e por fim, o desencadeamento da 2a Guerra Mundial. “A Liga das Nações nasceu com a guerra e morreu com a guerra”. (Seintenfus, 2000).

Figura 1.1. Quantidade de Estados-Membros da ONU e Liga das Nações ao redor do tempo.



Fonte: Manual das Relações Internacionais.

Importante notar também, que sim, a SDN foi um fracasso ao longo do tempo em termos de adesão de membros, contudo, a geografia mundial no início do século XX diferia, e muito, da mesma geografia no final, enquanto tínhamos cerca de 200 países nesse fim de milênio, na criação da SDN se restringia à cerca de 60 países, onde quase todos participaram da Liga das Nações. O que, na realidade é de causar espanto, é a constante saída desses membros de uma forma sistemática. (Seintenfus, 2000)

Mesmo com o fracasso da Liga das Nações descrito acima, as grandes potências viam ainda como a principal manutenção de seus interesses através da criação desses sistemas internacionais, mas que beneficiaria também os países de menores expressões, como, após a segunda guerra mundial, os países que acabaram de ganhar independência. (Seintenfus, 2000)

Novamente remetendo ao fato das três principais instâncias, a busca de Soberania, via reconhecimento internacional de seu Estado, a manutenção da paz, vindo da solidariedade dos países dado o poder na mão do órgão, e principalmente a busca desenvolvimentista desses novos Estados. Assim, ainda na formação da

coalizão nazista da segunda guerra mundial, Grã-bretanha e França se uniam e já formavam a coluna dorsal da nova Liga das Nações, que após a Carta do Atlântico, a Conferência de Washington se organizava como um órgão internacional. A conferência de Washington anuncia pela primeira vez, a necessidade de uma solidariedade destas “Nações”, a partir daquele momento “Unidas”, para fazer frente ao Eixo. (Seintenfus 2000).

Após o término da Segunda Guerra-Mundial se realiza em São Francisco, uma reunião, onde é aprovada a carta das nações unidas para criação da instituição Nações Unidas, futuramente foram realizadas Conferencia de Breton Woods e a Conferencia de Yalta onde estavam presentes Churchill, Roosevelt e Stalin, para respectivamente resolver problemas econômicos pós-guerra e principalmente, a escolha dos membros permanentes, que manteriam os interesses políticos desses países, sem qualquer influencia de qualquer outro membro ate recentemente. (Seintenfus, 2000)

Contudo, hoje, a principal característica da ONU é a integração de cada um dos 192 países membros, independente do tamanho ou de riqueza, permitindo assim, que o poder de voto seja igual, pegue como exemplo no âmbito europeu, tanto uma potência como a Alemanha ou um país com certa nulidade como a ilha de Malta, possuem o mesmo poder em decisões da Assembléia Geral. Contudo, cinco países detêm o poder de veto em qualquer votação realizada pela organização, são esses os países vitoriosos na segunda Guerra Mundial e seus sucessores diretos; França, Estados Unidos, República Popular da China (sucessora da República Chinesa), Federação Russa (Sucessora da União Soviética) e Reino Unido. (Seintenfus, 2000)

A ONU se divide prioritariamente na sua Assembléia - Geral formada por membros rotativos e com poder de voto, e o Conselho de Segurança, onde participam os cinco membros com poder de veto descrito anteriormente. A assembléia geral tem a participação de todos os Estados-Membros, é o órgão central e pleno da Organização das Nações Unidas. (Seintenfus, 2000). Todos os países têm o direito de voto, em uma assembléia na qual pode ser convocada pela maioria dos membros ou pela maioria do Conselho de Segurança, que a partir de novembro de 1950 perde o poder total sobre os assuntos de paz e segurança, dividindo tal importância com a Assembléia Geral. A

votação é feita por todos os membros presentes e a adoção de atas, ou a admissão de novos membros só é realizada via 2/3 de votos efetivos em favor da petição, o que realmente difere a Assembléia-Geral do Conselho de Segurança. É que a primeira se dá mais na idealização, votações para assuntos de paz, mas o órgão que realiza intervenções e sanções militares é o Conselho de Segurança, que se prende prioritariamente aos votos dos EUA, China, Rússia, França e Grã-Bretanha e dez membros rotativos. Motivo da crítica de Kelsen, de alto conhecimento em direito internacional, para ele, o grave problema da ONU é escolher uma estância executiva como é o Conselho de Segurança a um órgão jurisdicional composto principalmente por juizes com a compreensão de diferenciar três dimensões numa situação conflituosa: a) o juízo sobre a existência ou não de uma infração na ordem internacional; b) existindo um delito, o juízo sobre qual sanção será aplicada ao Estado faltoso; c) o juízo sobre quem aplicará e em que condições serão aplicadas tais sanção. (Seintenfus, 2000), o que, de certo modo, causa aos países de menores expressões temerem o poder executivo e a força dos cinco membros prioritários ao invés de temer as leis de do direito internacional.

Após a criação do órgão em si, a ONU passa a buscar os seus objetivos, buscando em seus princípios ideológicos, contudo após esse período de 1945, com a guerra e uma re-divisão dos territórios novos adquiridos a ONU irá passar por três fases muito relevantes para o seu funcionamento ideológico de hoje, a primeira fase se dá após a sua criação a fase do *funcionalismo*, onde o principal é conter as ainda tensões pós-guerra, a delimitação de novos territórios, e a manutenção da tão creditada paz, num período inflado pelas névoas de guerra “fog of war”, como é bastante chamado, o calor do combate ainda não havia cessado, e os países europeus, principalmente, jaziam destruídos, a sociedade buscava através desse órgão e de todas as organizações internacionais uma reciprocidade e socialização de ações entre seus próprios membros, buscando a reconstrução de vários países e a manutenção de outros. A segunda fase, e talvez a mais importante se dá na década de 60, com a insurreição do poder soviético e norte-americano, a Guerra Fria, a bipolaridade divide a ONU, agora países que se interligavam, se dividiam para blocos socialistas, capitalistas, sem poder intervir diretamente em qualquer tratado para desarmamento, quando a

corrida armamentista era inócua, a ONU se reserva a observar as ações, mesmo que temendo uma possível guerra nuclear entre as duas potências, de nada podia fazer, ora, pois como visto implicitamente e por diversas vezes, se tinha como principal função à manutenção dos interesses políticos dos cinco países com poder de veto, e dois desses se digladiavam filosoficamente, e sem um combate real, deixando que os outros três vetores (França, Grã-Bretanha e China – sendo esta China, a Republica Chinesa, também conhecida como Formosa ou Taipe, a Republica Popular da China tomaria seu posto na ONU em meados dos anos 70) como meros observadores de lado capitalistas.

A ONU decide também por tentar modificar a carta no que diz respeito ao poder de veto, tentando aboli-lo já que por não se tornar mais unânime, seria em vão a “*petit reunion*”, realizada pelos cinco países com poder de veto, a idéia e facilmente relutada em assembléia, pois “A Organização em si, jamais teria nascido se as Grandes Potências não tivessem garantido para si, a manutenção de sua privilegiada situação.” (Merle, 1995)

Sem poder fazer nada ou interferir, a ONU se volta ao desenvolvimento dos países de terceiro mundo, novos países independentes, prioritariamente no eixo Afro-Asiático, e a América Latina, a ONU cria o ECOSOC (Conselho Econômico e Social), que visa o desenvolvimento social e econômico dos países em desenvolvimento, essa fase é nomeada de desenvolvimentismo. Segue-se então a ultima e atual fase, a globalização, os Estados ficam atrás de das forças transacionais privadas, essencialmente comerciais, tecnológicas e financeiras (Seintenfus, 2000), voltando novamente as suas questões ideológicas iniciais, a ONU se mostra na prioridade à cooperação dos países nas leis internacionais, a vigilância na segurança internacional, eliminação dos problemas contrários aos direitos - humanos, progresso social, e o desenvolvimento econômico de países pobres. Como redigido prioritariamente na Carta de

São

Francisco:

“Os povos das Nações Unidas, decididos a preservar gerações futuras do flagelo da guerra... e reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, da dignidade e no valor do ser humano, na igualdade e direito dos homens e das mulheres, assim, como das nações grandes e pequenas... Para tais fins [decidem] praticar a tolerância e viver em paz... e unir as nossas forças para manter a paz e a seguranças internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de

métodos, *que a força armada não será usada a não ser no interesse comum*, e a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos”.

Para conseguir realizar tais metas propostas, a organização escolhe um Secretário-Geral, que é o homem de mais alto escalão no organograma dos órgãos internacionais, este tem como objetivo intermediar as assembleias, e indicar possíveis resoluções de problemas no Conselho de Segurança, não só isso, mas o próprio secretário-geral tem o poder de voto igual à de uma Nação, podemos ver claramente um exemplo desse seu poder, quando na fase desenvolvimentista a União Soviética decide por indicar que haja três secretários-gerais, um comunista, um capitalista e um neutro, para representar as suas necessidades perante o conselho, a proposta é principalmente vetada pelo então secretário Dag Hammarskjold, que tinha a idéia como uma contrapartida à interdependência dos estados como nações solidárias. (Seintenfus, 2000)

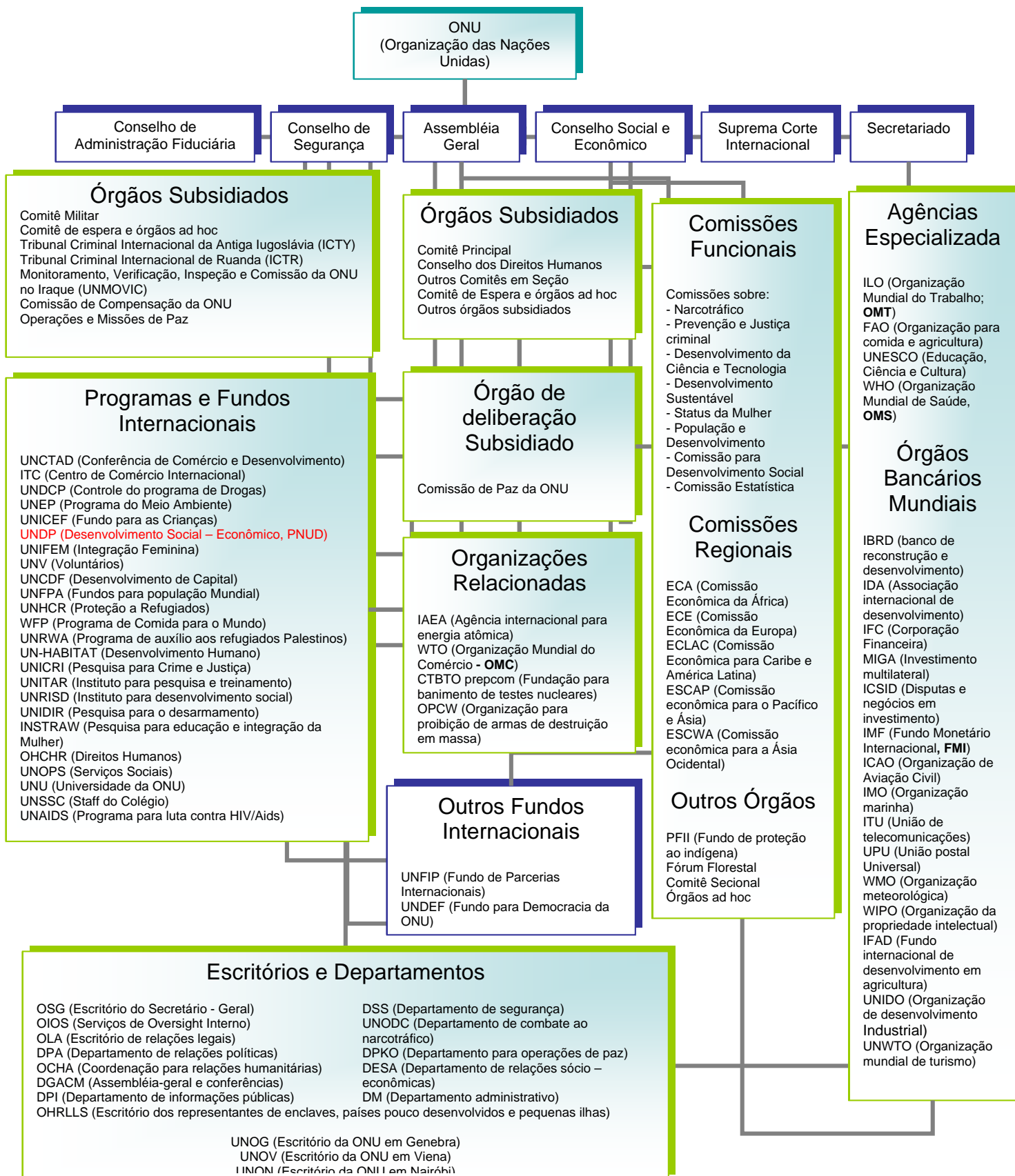
Tabela 1.1. Secretários das Nações Unidas.

Nome	Origem	Mandato
Trygve Lie	Noruega	Fev/1946 – Jan/1951 Fev/1951 – Abr/1953
Dag Hammarskjold	Suécia	Abr/1953 – Abr/1958 Mai/1958 – Set/1961
U Thant	Birmânia (Atual, Mianmar).	Nov/1961 – Nov/1962 (Interino) Dez/1962 – Nov/1966 Dez/1966 – Dez/1971
Kurt Waldheim	Áustria	Jan/1972 – Dez/1976 Jan/1977 – Dez/1981
Javier Perez de Cuellar	Peru	Jan/1982 – Dez/1986 Jan/1987 – Dez/1991
Boutros Boutros-Ghali	Egito	Jan/1992 – Dez/1996
Koffi Annan	Gana	Jan/1997 – Dez/2001 Jan/2002 - Dez/2006
Ban Ki-Moon	Coréia do Sul	desde Jan/2007

Fonte: ONU

Junto com o secretário-geral, a ONU tem como esqueleto principal a Assembléia do Conselho de Segurança, e a Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia, Holanda, que regida pela teoria do direito internacional tem total autonomia na indicação e punição dada à violação de qualquer pacto defendido pela ONU, não somente isso, como tem o direito a expulsar membros que traíram qualquer ata da Carta de São Francisco. E finalmente, para uma melhor visão geral de problemas específicos ela se subdivide em diversos pequenos órgãos para cada caso citado acima. Como exemplo, temos os de cunho administrativo, vide a Assembléia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Social e Econômico, Suprema Corte Internacional e Conselho de Administração Fiduciária; como programas e órgãos de cunho social encontramos entres estes – mais famosos aos olhos do mundo – a UNICEF; no apoio à criança, a UNESCO; para a promoção da educação e cultura, o OMC; para o comércio internacional, a UNAIDS; conhecida como o combate à erradicação da doença na África, e principalmente o PNUD (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento), que será estudado mais detalhadamente, que tem como prioridade o desenvolvimento tanto econômico, como social, dos países pobres para atingir a meta proposta pela organização: A erradicação da extrema pobreza até o ano de 2015. (Seintenfus, 2000)

Figura 1.2. Organograma dos diversos órgãos em funcionamento da ONU.



Fonte: ONU

1.2. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento³.

Criado em 1965, após a junção do Fundo Especial das Nações Unidas e do Programa de Expansão em Assistência Técnica, e estabelecendo sede em Nova Iorque, o PNUD se mostrou rapidamente como um dos programas de maior efetividade das Nações Unidas, tratando de mostrar através de dados e análises feitas a partir do “Human Development Report” ou os Relatórios de Desenvolvimento Humano, publicados desde o início do ano de 1990, o quão significativo foi o crescimento dos países ajudados pela entidade, e inúmeras melhorias que devem acontecer para que o país continue a crescer, mesmo após o final da ajuda financeira e social do programa.

O programa tem como ênfase ajudar principalmente os países que beiram a extrema pobreza, contudo, a entidade também envia ajuda a países que possuem certo índice satisfatório de crescimento anual, dando auxílio, nestes, ao desenvolvimento social, e principalmente estabelecendo certas metas como redução de pobreza, erradicação da AIDS/HIV, a Inserção das mulheres, a instituição de um governo democrático, prevenção e recuperação em crises econômicas, e auxílio sobre o uso de energia elétrica e melhorias no setor ambiental.

Sob uma visão mais específica, o PNUD tem funções ainda mais significantes para cada meta que deseja alcançar:

1.2.1. As Metas do PNUD

Redução da Pobreza: A função primordial é a redução da extrema pobreza, principalmente após as Metas do Milênio para Desenvolvimento (O Millenium Development Goal), a inserção de projetos pilotos em cada país, para aumentar um desenvolvimento sustentável, conectar os países a rede mundial para auxílio, focando em três aspectos:

A principal meta da organização, não é tomar o lugar do Estado, e fazer ela o crescimento econômico, mas sim, ensinar aos países que carecem de informações,

³ Informações retiradas dos sites <http://en.wikipedia.org/wiki/UNDP> e <http://www.undp.org>

metas mais acessíveis para o êxito de tais melhorias. O PNUD mostra principalmente a cada um de seus 166 países-membro como se desenvolver utilizando a sua capacidade e habilidade individual, a qual ela chama de “Capacity Development” (Desenvolvimento da Capacidade, ou CD), que consiste em que instituições e a sociedade criem capacidades individuais para a realização de funções e resoluções de problemas, que antes, eram apenas visto utopicamente. Assim, o país-membro terá tido não só uma melhoria no exato momento da ajuda, mas irá se fortalecer com o aprendizado, para realizações de desenvolvimento de maneira sustentável futuramente.

Prevenção de Crises: O PNUD trabalha principalmente, nessa meta, na prevenção de guerras com conflitos armados, crises internacionais ou desastres de cunho natural ou bélico. Tentando todas as forças para prevenir tal situação, ou se essa se tornar irremediável, de contornar a situação e ajuda financeira na reconstrução dos países afetados por tais crises. O PNUD leva em consideração estratégias para prevenção dos conflitos como o desarmamento, suporte governamental para capacidade de desenvolvimento e ajuda financeira para melhor alocação de recursos na economia, controle na proliferação de armas, encorajamento da paz e diplomacia, reestruturação de serviços básicos, reintegração na sociedade de criminosos e ex-combatentes, transformações judiciárias nos países e reconstrução pós-guerra.

Governos Democráticos: Ajuda na transição democrática dos países, abolindo completamente a idéia de uma ditadura, incentiva a conversa e o debate publica, auxilia com ajuda política e institucional, educação a população e incentiva reformas democráticas, mostrando a tais países o exemplo alheio na formação democrática desses países e no sucesso da realização de tal. Essa ajuda provem prioritariamente na África pós-descolonização, países que foram tomados por ditaduras e ferrenhas guerras civis são os principais alvos dessa media, estudaremos mais a frente um dos mais importantes reféns ditatorial na África e a ajuda proveniente do PNUD via ONU, a Libéria.

Energia e Desenvolvimento: Nessa meta o PNUD se vê envolvido com a melhora ambiental ao lado do UNEP (United Nations Environment Programme), enquanto o UNEP se preocupa com ações para despoluição, ajuda ao desmatamento, desertificação, emissão de gases tóxicos, destruição da camada de ozônio, efeito-estufa, aquecimento Global, criando leis e atas contra tal destruição ambiental como a Agenda 21 ou o protocolo de Kyoto, o PNUD tenta apresentar aos seus países ajudados formas para uma melhora ambiental e energética sem a degradação causada, por exemplo, insiste no uso de energia eólica, solar ou hidrelétrica ao invés da institucionalização de usinas nucleares, detém a idéia de redução do monóxido de carbono na ajuda para a utilização de catalisadores em indústrias. Olhando principalmente desenvolvimento sustentável a tais países e desenvolvendo projetos para os países pobres continuarem seu desenvolvimento, sem perda econômica, mas sem uma graduação destruição ambiental.

Integração das Mulheres: O PNUD se propõe à construção de uma sociedade igualitária entre homens e mulheres, criando políticas contra discriminação do sexo feminino, criando auxílios para a intensificação de mulheres no mercado de trabalho, incitando o poder de voto para as mulheres, estando essas a margem da sociedade em países no Sul da Ásia e África subsaariana e países árabes, contudo, sem entrar em conflito com a religião muçulmana, ele principalmente tenta criar políticas de educação para as mulheres, o poder que essa educação tem é enorme, podendo reduzir drasticamente índices como taxa de analfabetismo e uma contenção da natalidade, impedindo altos índices de mortalidade infantil em países muito pobres. O PNUD também funde essa meta com a da erradicação do HIV / AIDS ao lutar contra a discriminação sobre mulheres portadoras do vírus. Um exemplo de programas do PNUD para essa questão é o realizado atualmente na Indonésia, onde milhares de mulheres estão recebendo treinamento em começarem pequenas empresas, cuidar de finanças, e estabelecendo metas financeiras de maneira com que tenham certa independência, a organização conta com o Fundo para as Mulheres, um fundo monetário internacional, o GTTF (Gender Thematic Trust Fund), que conta com contribuições para a realização de tais metas propostas acima, em 2005 o fundo

recebeu cerca de 5.5 milhões de dólares do governo Holandês para a manutenção da igualdade de sexo, na construção de organizações em mais 45 países. “Assim que avançamos com a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio, é importante estarmos totalmente comprometidos em investir em políticas e programas para o aumento do poder na mão das mulheres e promover uma situação igualitária entre os sexos” (Kemal Durvis, Administrador do PNUD, 2005).

Erradicação do HIV / AIDS: Por fim, a meta em erradicar a epidemia do vírus HIV / AIDS nos países pobres. A proposta é reduzir seu impacto sobre as pessoas, servindo de apoio a UNAIDS colocando a questão como um fator importante no desenvolvimento social dos países e erradicação da pobreza para contenção da doença, criando políticas de distribuição de coquetéis para os doentes, cuidar da discriminação (como citado acima) de mulheres e crianças portadoras do vírus, educar sobre a epidemia, formas de contenção da doença e formas de transmissão e oferecendo recursos para a contenção de um problema tão importante mundialmente.

1.2.2. O Desenvolvimento de Capacidade

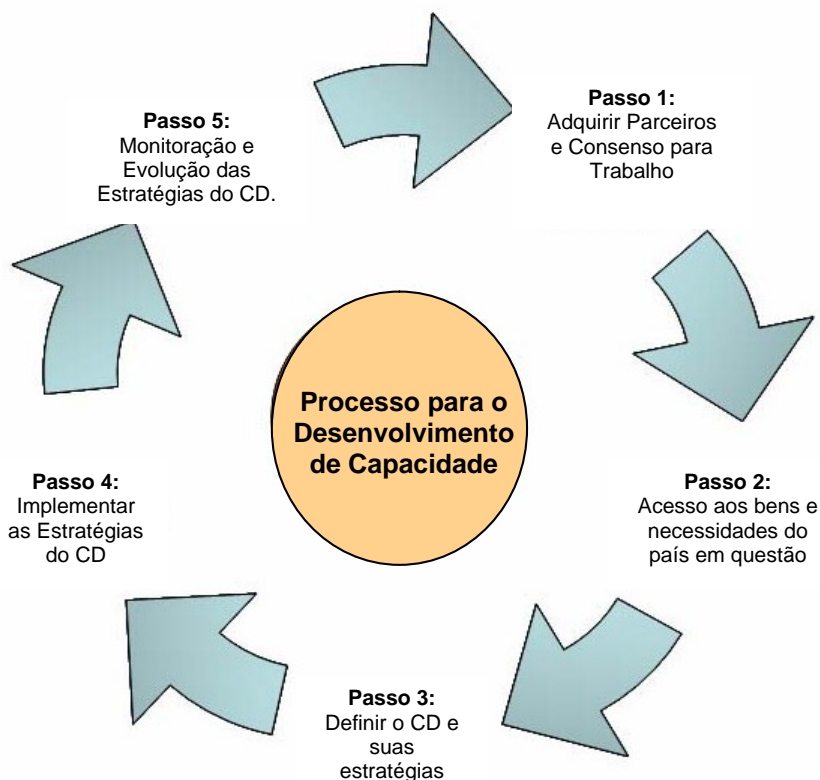
Como descrito anteriormente, uma das metas do PNUD é deixar um legado aos países após a ajuda financeira da ONU, uma dessas formas de legado é a educação do país na questão do Desenvolvimento de Capacidade, criando uma fundação sólida e em longo prazo com resultados sustentáveis, utilizando principalmente de políticas econômicas e sociais de níveis nacionais, diversificação de recursos, liderança, engajamento em políticas públicas e mão de obra, na criação de mais empregos.

Tudo isso para a criação de uma avaliação de capacidade, que tem como iniciativa promover serviços básicos aos pobres após a retirada de ajuda da entidade. Primeiramente se descobre as necessidades e os bens do país em questão, após a estratégia de desenvolvimento de capacidade é determinado um plano de custos é desenvolvido, incluindo serviços públicos, e cobrir efetivamente a marginalização da população com educação básica, saúde, energia, saneamento básico e água. Com esse plano em mente, cria-se uma taxação sem serviços publico e governamentais para

a construção de tais metas enquanto há ajuda, os recursos são utilizados logo após a saída, estabilizando as questões acima citadas.

Uma definição mais crua é via termo, Capacidade é definida como a “habilidade individual, de instituições ou sociedade para resolver problemas de maneira sustentável”, Desenvolvimento de Capacidade é, portanto, um processo em que as habilidades de realização são obtidas, engrandecidas, adaptadas e mantidas durante o tempo, a Avaliação capacitaria é então a análise das atuais capacidades de desenvolvimento, de necessidades e bens, para a criação dessa estratégia de desenvolvimento, com uma análise sistemática da situação do país e uma provável situação do mesmo, futuramente. Abaixo, é mostrado um gráfico de como é realizada essa estratégia avaliativa para o processo do Desenvolvimento com Capacidade.⁴

Figura 1.3. Funcionamento do Processo de Iniciação de um Desenvolvimento de Capacidade



Fonte: PNUD

⁴ informações recolhidas no texto para leitura “Capacity Assessments” no site <http://www.capacity.undp.org>

É importante ressaltar que o Desenvolvimento de Capacidade é uma ferramenta e não uma solução, e não só isso, como uma importante ferramenta, pois é nela que o país vai se apoiar para a construção de um futuro com menos pobreza, com mais saúde, mais saneamento básico, maior crescimento econômico. Recentemente o Ministério das Relações Exteriores da Espanha em ajuda do Bureau do PNUD tem ajudado a disseminar a questão no mundo, criando debates políticos, fóruns internacionais, discussões técnicas e estratégias de desenvolvimento.

É importante citar também, a existência do *Capacity 21*, um movimento avaliativo como o descrito acima, mas em prol da melhora ambiental, realizado durante a época da Agenda 21, tem como proposta o desenvolvimento sustentável dos países que o adquirem o empregam, mas contando com políticas ambientais.

1.2.3. Os Relatórios de Desenvolvimento Humano

Primeiramente é importante explicar o que é esse Desenvolvimento Humano pelos olhos do PNUD, “A proposta básica do desenvolvimento é aumentar a escolha das pessoas, em princípio, tais escolhas são infinitas e só aumentam com o tempo. Na maioria das vezes as pessoas valoram conquistas que de fato não são, ou não imediatamente, em questão da renda ou crescimento: grande acesso ao conhecimento, melhor nutrição e serviços médicos, maior segurança, em seus bairros, contra o crime ou violência física, satisfatórias horas de lazer, liberdade política e cultural, e um senso de participação comunitária ativista. O Objetivo do desenvolvimento é criar um meio, para que as pessoas tenham vidas longas, saudáveis e criativas” (Ul Haq, 1990). Esse desenvolvimento vai muito além de uma mera idéia de crescimento econômico ou social, de fato muito importantes, mas o desenvolvimento humano nos remeta a idéia das pessoas terem o direito de ser quem desejar ser, de terem o conhecimento e a oportunidade de viverem umas vidas plenas, com todos os direitos que um cidadão deve ter direito às educações, direito ao saneamento básico, direito à escolha, a liberdade; o Desenvolvimento humano nada mais é do que ter a oportunidade de fazer tudo isso, e essa oportunidade que anda de mãos dadas com os direitos humanos é

dada através dessas políticas de ajuda, ajuda não somente financeira e social para o crescimento do país e a possibilidade de se ter todas as opções descritas acima, mas também ajuda de escolha, oportunidade de escolha, que todo o ser humano em si tem o direito de ter. A verdadeira riqueza das nações é o povo, como disse também Aristóteles, “A Riqueza é evidentemente não o bem que procuramos, ela é o instrumento par ao bem de algo maior”.

Povo livre, com o direito de escolha e o dever de exigir o mínimo necessário para tais direito, Filósofos, economistas e líderes políticos ao longo do tempo têm enfatizado todas essas questões primordiais como, não necessárias, mas a verdadeira chave para qualquer desenvolvimento.

Para medir o nível de tal desenvolvimento, a entidade então propôs através do economista paquistanês Malbub Uh Halq (1934-1998); a publicação dos Relatórios de Desenvolvimento humano, que nada mais são do que uma coletânea de informações escritas em diversas línguas atribuindo as qualidades e mostrando os defeitos necessários para correção de determinados países e questões políticas, nesse último ano de 2006, a principal questão básica dos Relatórios foi à questão de uma futura falta de água como bem e serviço, alertando os países de como economizar a água que já possui e indicando características nacionais que prejudicam o acesso a essa água, seu uso ou saneamento básico. Nesse recente ano de 2007 a visão dos relatórios é sobre o problema climático mundial, principalmente o aquecimento global, investigando crises ambientais para doutrinar os países da melhor forma para resolvê-los.

De uma maneira mais específica, os Relatórios de Desenvolvimento Humano são compostos por quatro índices: O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), O Índice de Desenvolvimento relacionado ao Gênero, As medidas para o poder do Gênero e o índice de pobreza humana. O mais importante, e que será estudado aqui é o IDH.

Assim como o relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), foi criado em 1990 por Uh Halq, mas desta vez, contando com auxílio do vencedor do Nobel de Economia de 1998, o indiano Amartya Sen.

O IDH é tido como a principal instrumentária para análise desenvolvimentista de qualquer país, mas de uma forma mais sintética, assim como diz o website do PNUD,

ele não explica, por exemplo, onde é o melhor lugar do mundo para se viver, nem a “felicidade” da população, é um importante índice para esse estudo, mas não representa todos os aspectos do Desenvolvimento, ou como explica em como analisar o desenvolvimento sem recorrer ao PIB, o próprio Amartya no site do PNUD.

"Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número -, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantá-lo) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse à hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano."

Amartya Sen.

O Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida para mensurar se um determinado país é desenvolvido, subdesenvolvido ou em desenvolvimento, levando em consideração os seguintes fatores: riqueza, alfabetização, educação, expectativa de vida e natalidade.

Para tal cálculo o IDH usa de uma média aritmética de três índices básicos, longevidade, educação, e renda; A renda é calculada através do PIB *per capita* de um país, e para um auxílio devido a diferentes custos de vida, a Paridade do Poder de Compra; a Educação é medida através de dois índices, o primeiro é a taxa de analfabetismo que aflige a população, a segunda é a quantidade de pessoas matriculadas em algum curso educacional, seja ele básico, ou universitário, a longevidade é mostrada através da expectativa de vida de um país e as condições de saúde das pessoas do mesmo.

O cálculo é feito da seguinte maneira⁵

- $IDH = (L + E + R) / 3$
- $L = (EV - 25) / 60$, sendo $EV = Expectativa de Vida$.
- $E = (2TA + TE) / 3$, sendo $TA = Taxa de Alfabetização$.
sendo $TE = Taxa de Escolaridade$.
- $R = \log_{10} PIB_{pc} - 2 / 2,60206$,
sendo $\log_{10} PIB_{pc} = Logaritmo decimal de PIB per capita$.

Após esse cálculo, onde $x = IDH$, $0 = x = 1$, Temos a classificação do país:

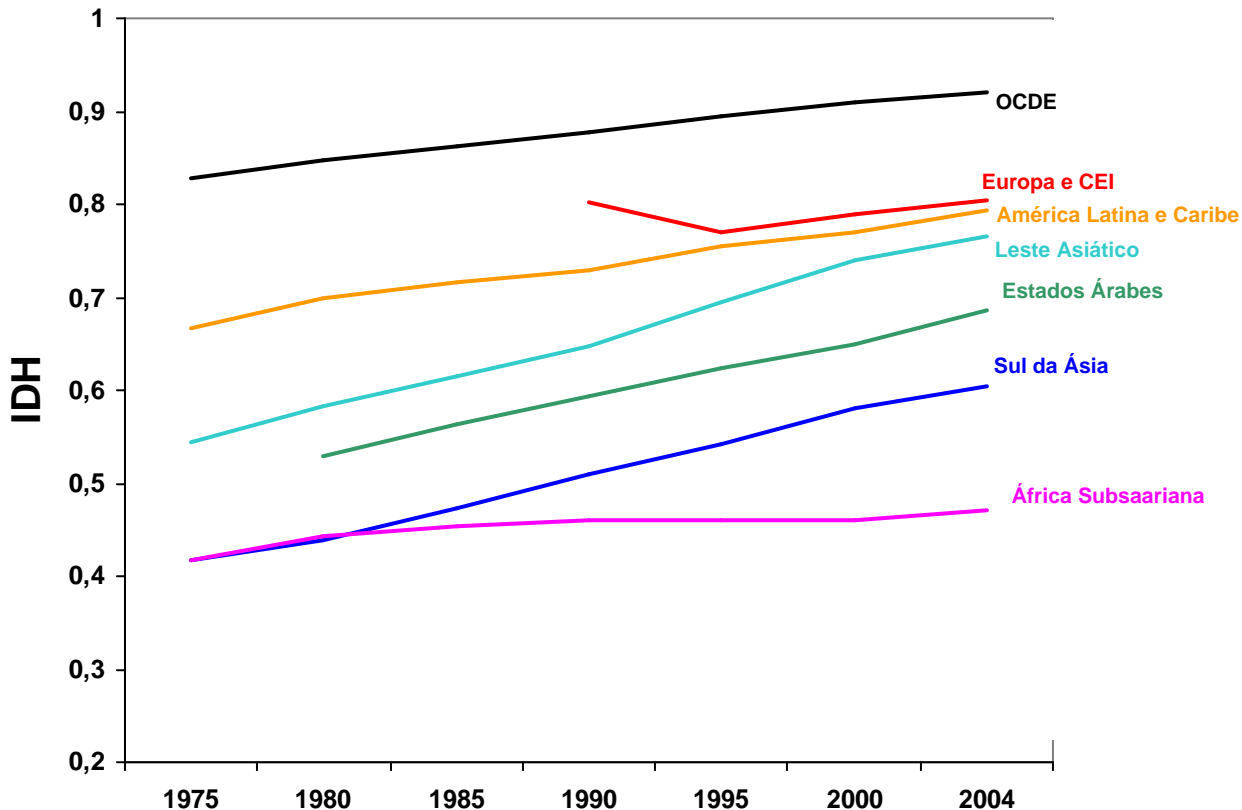
- Quando o IDH está entre 0 e 0,499, o país é considerado pobre.
- Quando o IDH está entre 0,5 e 0,799 é considerado em desenvolvimento.
- Quando o IDH está entre 0,800 e 1, é considerado um país desenvolvido.

É interessante observar que as melhores posições do ranking estão nos países escandinavos, seguidos pelos EUA, Austrália, Canadá e União Européia, países latino-americanos, como o Brasil encontram-se na metade do ranking, este em 69º, e o mais importante dessa análise para o projeto aqui em questão é observar a parte final do ranking, sem contar Lêmen e Haiti, os 20 países mais pobres se encontram na África, mais precisamente na África subsaariana, e dois desses países sequer entram na medição, devido à condição precária e falta de informações do mesmo, são esses Somália e Libéria, que será estudada mais profundamente nesse trabalho.

Abaixo, é possível ver um gráfico que mostra realmente, a situação da África no Índice de Desenvolvimento Humano.

⁵ informações recolhidas no site <http://pt.wikipedia.org/wiki/IDH>

Figura 1.4. IDH Geral das principais regiões do Mundo.



FONTE: PNUD

1.2.4. Informações Administrativas

O Dinheiro em caixa do PNUD roda em torno dos US\$ 4.44 bilhões, desse total o montante de crédito irrestrito fica em US\$ 921 milhões, com contribuições acima dos US\$ 2.5 bilhões e um fundo para ajuda internacional aos países subdesenvolvidos em US\$ 1.02 bilhões⁶. Desse dinheiro em caixa uma boa quantia provêm da ajuda de parceiros internacionais e doações, entre esses parceiros encontramos o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) da OCDE⁷ (Organização para Cooperação do Desenvolvimento econômico) e o Fundo Humanitário das Nações Unidas (UNTFHS), as doações mais generosas vieram do governo Espanhol, contribuindo em dezembro de

⁶ informações recolhidas no site <http://en.wikipedia.org/wiki/UNDP>

⁷ OCDE é formado pelos seguintes países: Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos, Japão, Finlândia, Austrália, Nova Zelândia, México, República Tcheca, Coreia do Sul, Hungria, Polônia e Eslováquia.

2006 com US\$ 700 milhões, cerca de €528 milhões para a realização das Metas do Desenvolvimento para o Milênio, depois da Espanha, temos respectivamente como maiores doadores, a Grã-Bretanha, Estados Unidos, com US\$254 e US\$245 milhões, e Japão, Holanda, Noruega, Suécia, Canadá e Alemanha com doações acima de US\$100 milhões⁸.

Outra importante fonte de renda é a presença dos Embaixadores da Boa-Vontade na realização e eventos para arrecadação de dinheiro para fundos internacionais de auxílio, constantemente vemos personalidades do esporte privilegiando eventos esportivos com o fim de arrecadar tal quantia, é importante, devido ao fato de visibilidade dessas pessoas, a contribuição delas é importantíssima devido à fama e a cobertura da mídia que traz a tais eventos, ajudando a propagar a informação e os meios para doações durante tais eventos, recentemente o jogador francês Zinedine Zidane, e o jogador brasileiro Ronaldo, realizaram uma partida beneficente, o “Jogo contra a pobreza”, em prol do fundo contra pobreza realizado em Marselha, França; onde se arrecadou mais de US\$ 450 mil⁹, após esse arrecadamento, analisam-se diversos casos e pedidos de ajuda mandada por países e inicia-se com o fundo retirado de um banco em Genebra, Suíça a ajuda internacional, sendo mandados relatórios ao término de cada projeto. Dentre tais embaixadores podemos citar o marfinês Didier Drogba, o brasileiro Kaká, a tenista russa Maria Sharapova, o príncipe Hakon Magnus da Noruega, a atriz japonesa Misako Konno, o ator egípcio Hussein Fahmi, e os atletas africanos emissários e embaixadores da juventude, a moçambicana Maria Mutola, o congolês Dikembe Mutombo e o cantor senegalês Baaba Mal.

Na parte Administrativa da organização encontramos o Comitê Executivo, formado por 36 países com rotatividade, que faz com que a entidade tenha veracidade em todos os projetos que venha resolver, todos os projetos passam pela análise de tais países, passando também, pelas mãos do administrador geral, o ex-ministro da Turquia e oficial do Banco Mundial, Kemal Dervis.

Abaixo podemos ver, quais são os atuais participantes do Comitê Executivo:

⁸ informações recolhidas no site <http://en.wikipedia.org/wiki/UNDP>

⁹ informações recolhidas no site <http://www.undp.org/goodwill/match/>

Tabela 1.2. Membros do Comitê Executivo do PNUD

Grupos Regionais	2007
Estados Africanos (8 membros)	Argélia Angola Benin República Centro-Africana Malawi Senegal Somália Uganda
Estados Asiáticos (7 membros)	Bangladesh Butão China Coreia do Norte Índia Cazaquistão Paquistão
Estados Caribenhos e Latino-Americanos (5 membros)	Antigua & Barbuda Equador Guatemala Guyana Jamaica
Estados do Leste Europeu (4 membros)	Bielorrússia Sérvia Rússia Ucrânia
Estados Europeus e Outros (12 membros)	Bélgica Canadá Dinamarca Alemanha Grécia Itália Japão Noruega Portugal Espanha Reino Unido Estados Unidos

FONTE: PNUD

1.3. As Metas de Desenvolvimento do Milênio – *Millennium Development Goals* (MDG) e Políticas para Erradicação da Extrema Pobreza.

Em setembro de 2000, a ONU via uma Declaração redigida listou metas em que na teoria todos os países que beirassem a miséria, deveriam alcançar para a total erradicação da mesma até o ano de 2015, entre essas metas encontramos¹⁰:

1. Erradicação da Extrema Pobreza e da Fome.

- Reduzir pela metade o número de pessoas vivendo com menos de 1US\$ ao dia.
- Reduzir pela metade o número de pessoas que sofre de fome.
- Aumentar o número de alimento para esses que sofrem de fome.

2. Alcançar um índice aceitável de educação primária.

- Assegurar-se que tanto meninos como meninas se formem na escola primária
- Aumentar a qualidade de ensino e garantir que toda a criança se mantenha na escola

3. Promover uma equidade dos sexos e um aumento na importância do papel da mulher na sociedade

- Eliminar a disparidade de gênero no primário e secundário até 2005, e em todos os níveis até 2015.

4. Queda na Taxa de Mortalidade Infantil

- Reduzir a taxa de mortalidade de crianças até cinco anos em 2/3

5. Aumento da Saúde de Mães Grávidas

- Reduzir em ¼ o número de mães mortas durante o nascimento

6. Combate ao HIV/AIDS, Malária e outras doenças.

- Conter e diminuir a pandemia de AIDS
- Conter e diminuir a incidência de malária e outras doenças

7. Assegurar uma Sustentabilidade Ambiental

- Integrar o princípio de Desenvolvimento Sustentável aos Países
- Reduzir pela metade o número de pessoas sem acesso a água potável
- Aumento significativo na melhora de qualidade de vida de pelo menos 100 milhões de favelados até 2012

8. Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento

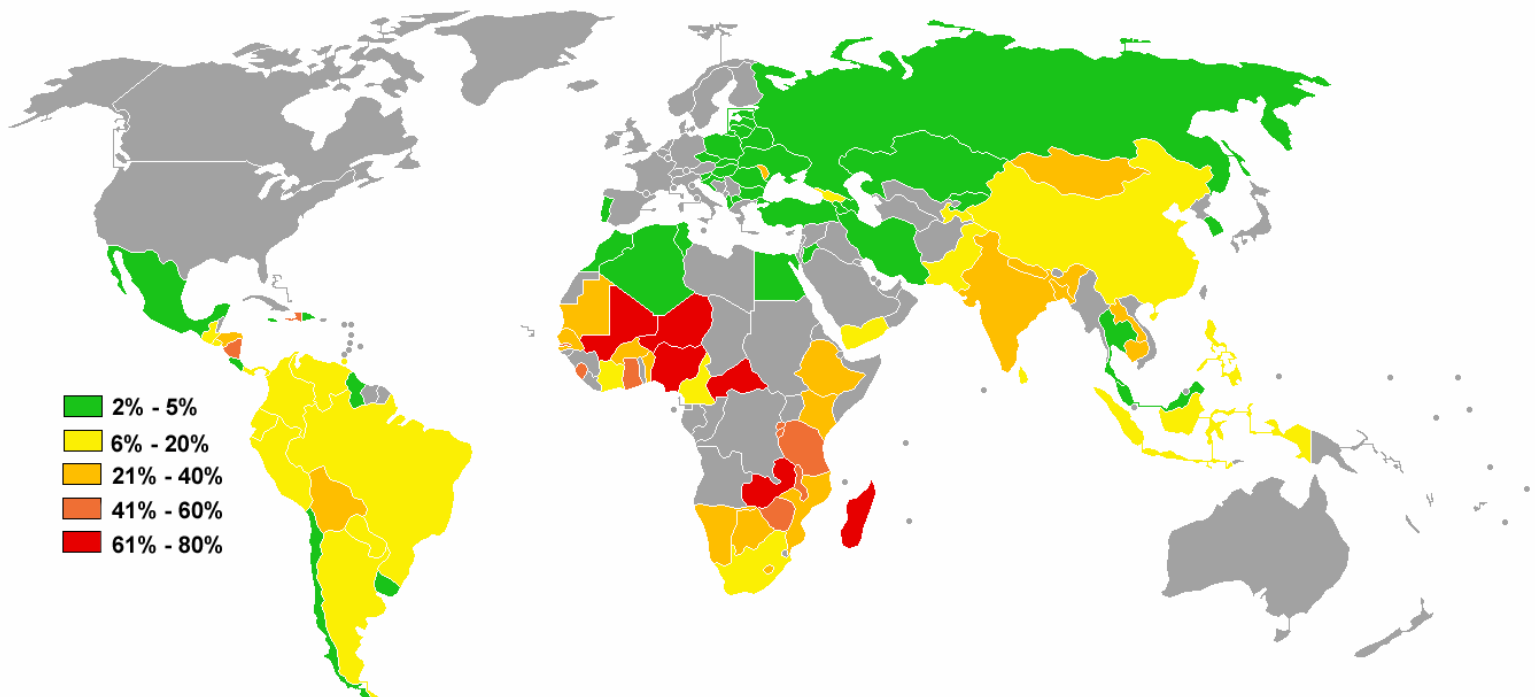
- Desenvolver um sistema financeiro e de trocas para ajuda na erradicação da pobreza

¹⁰ informações recolhidas no site http://en.wikipedia.org/wiki/Millennium_Development_Goals

- Ajudas para o crescimento dos países pobres, como eliminação de barreiras alfandegárias e perdão da dívida externa.
- Ajudar pequenas ilhas e enclaves no desenvolvimento.
- Conversar com países em desenvolvimento sobre problemas com dívidas e pagamento das mesmas
- Em cooperação com países em desenvolvimento, melhorar o problema d trabalho infantil.
- Em cooperação com indústrias farmacêuticas, ajudar a disseminar drogas na contenção de doenças.
- Em cooperação com o setor privado, ajudar na instituição de novas tecnologias.

Ao analisarmos as metas de desenvolvimento do milênio, podemos observar também a precariedade que os países miseráveis encontram no cumprimento das mesmas, mesmo que completamente diferentes lugares interligados como áreas rurais, como exemplo o vilarejo de Sari no Quênia, e zonas urbanas extremamente pobres como Mumbai na Índia, ou guetos na Cidade do México, favelas no Rio de Janeiro, cerca de 16,67% da população mundial vive na miséria, sendo muito alto o índice de pobreza mundial, como mostrado graficamente abaixo:

Figura 1.5. Porcentagem de pessoas vivendo com menos de 1 US\$ dólar ao dia.



Esses países encontram de fato, praticamente os mesmos problemas, principalmente problemas primários, que se esses resolvidos, já trariam uma incrível melhora para o crescimento desses lugares, veja, por exemplo, a instituição de veículos como caminhões nesse pequeno vilarejo, traria como ajuda não só o aumento de emprego, mas também uma melhor alocação para a produção, como transporte de mercadorias, ou telefones públicos, que ajudariam em emergências. (Sachs, 2005)

A comunidade internacional do desenvolvimento deveria falar das cinco grandes intervenções para o desenvolvimento que poderiam transformar um cenário de fome, doença e morte em uma perspectiva de melhora de saúde e desenvolvimento “(Sachs, 2005), sendo esses cinco grandes, como Jeffrey Sachs os chama, a melhoria nos *insumos agrícolas*, melhoria de tecnologia na produção, um solo bom para o plantio, o transporte, como dito acima, na disseminação do produto agrário; o *investimento em saúde básica*, educação não somente para as crianças, mas educação para mulheres na questão HIV/AIDS, e educação básica na prevenção de doenças, como Malária, ou pólio, mas só isso não basta, o conhecimento sobre mosquiteiros para prevenção contra malária é nítido, contudo o país não encontra recursos para integrá-la em sua sociedade, o porquê disso será discutido mais tarde. (Sachs, 2005)

Encontramos também, o *investimento em energia transporte e comunicação*, luz, transporte e telefonia, seriam extremamente necessários para uma ajuda geral das outras quatro intervenções, luz, para uma melhora na educação, onde tanto em Mumbai como no Quênia encontramos problemas no ensino, pois falta luz para após o anoitecer, e por fim, *água potável e saneamentos*, problemas primários e de externa necessidade, a mão-de-obra jovem e feminina na busca de poços artesanais longes, e ainda por cima infestados de doenças como a “cegueira de rio africana”, também chamada de oncocercose, causada pelo mosquito negro, seriam facilmente combatidas com um mínimo de saneamento básico, mesmo saneamento que em Mumbai, mata as pessoas devido a doenças relacionadas às fezes constantes encontradas perto das moradias básicas de sapé. (Sachs, 2005)

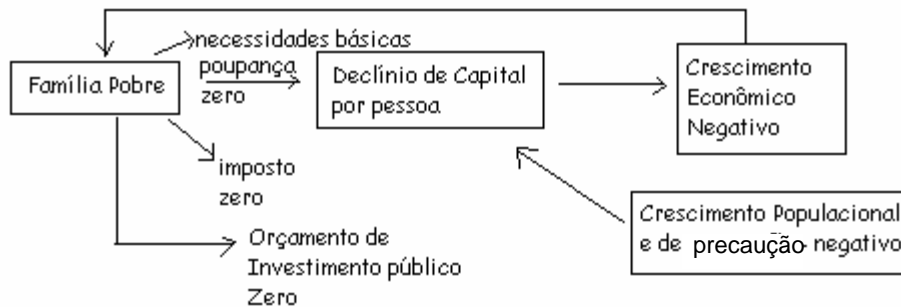
Mas como controlar tudo isso? Jeffrey Sachs em seu livro “O fim da Pobreza”, nos indica que é importante ter uma conexão com os países desenvolvidos, “A chave

para acabar com a pobreza é criar uma rede global de conexões, que vá das comunidades pobres aos centros do poder e da riqueza mundial e retorne”, ora mais aí encontramos outro problema, os países pobres são constantemente questionados sobre o uso desse dinheiro emprestado, munidos de uma alta corrupção e disputas políticas, os países ricos, se negam a emprestar dinheiro aos países pobres devido ao não uso do mesmo, e sim a verba é repassada para o uso de seus governantes individualmente, soma-se a isso o chamado teatro de sombras, onde o FMI e o Banco Mundial têm plena consciência do pouco empréstimo que dão a países como o Quênia, Indonésia, Etiópia, mas divulgam ao mundo que o dinheiro é suficiente para cumprir as metas. “Hoje, o maior problema não é que os países mal governados ganhem muito, mas que os países bem governados ganhem excessivamente poucos” (Sachs, 2005).

A falta de Capital, como discutido acima, o que os países miseráveis não têm, é prioritariamente capital, capital esse, que é pouco o que esses doadores se dispõem a mandar, o qual então, não é usado nem no setor público nem no privado, capital humano para saúde, nutrição, treinamento de jovens, capital empresarial, para máquinas e instalações novas, infra-estrutura em energia, água, comunicação, capital natural para cultivo e plantio, para biodiversidade, capital público institucional para instituição de leis comerciais e judiciárias, assim como serviços públicos, e capital de conhecimento, ciência e tecnologia, tudo representa a falta de capital que esta prioritariamente interligada com esses problemas de cunho primário que afetam os países miseráveis, mas como conseguir esse dinheiro, se não há a ajuda internacional necessária, somente por doações esporádicas como a recentemente de Bill Gates? Muito pouco. Países como os EUA podiam ajudar mais fortemente, o próprio Sachs nos mostra que se os EUA dispusessem de doar 0,7% de seu PNB para a ajuda internacional, os países cresceriam cerca de 100% por mês, o número pode impressionar, mas para a situação atual, ainda é pouco, é como passar de um dólar ao dia para 10 dólares ao dia; apesar disso, os EUA preferem utilizar isso na sua indústria bélica, os gastos americanos na Guerra do Iraque, podiam ter ajudado os países miseráveis a um aumento na sua renda de crescimento. (Sachs, 2005).

O que nos remete a outro problema, a falta de capital e poupança, estagna a pobreza em um ciclo vicioso, como é demonstrado no gráfico abaixo.

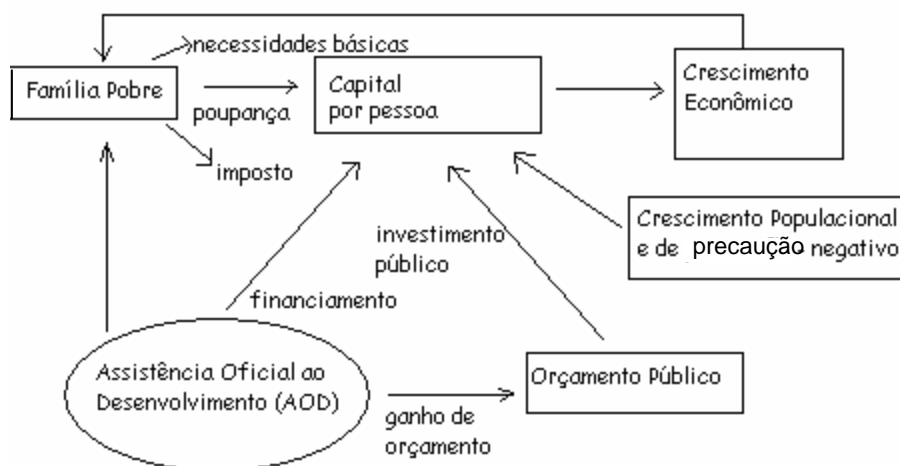
Figura 1.6. Armadilha da Pobreza



Fonte: Livro “O Fim da Pobreza”

Podemos observar a chamada armadilha da pobreza, onde todo o dinheiro em mãos é usado para as necessidades básicas, para o consumo de subsistência, deixando a poupança para um aumento futuro de capital, para um possível crescimento desenvolvimentista inerte, pois usando o capital só para consumo próprio encontramos em certo ponto a população maior que a acumulação de capital, para lutar contra essa armadilha, propõe-se um fundo de ajuda internacional, a AOD “Assistência oficial de desenvolvimento”, que serviria como financiador do dinheiro doado dos países ricos, quebrando assim a armadilha, como mostrado no gráfico abaixo. (Sachs, 2005).

Figura 1.7. O papel da AOD



Fonte: Livro “O Fim da Pobreza”

Acima podemos ver que com esse fundo de ajuda, tem-se capital para poupança e investimento, melhorando em longo prazo o poder do uso do dinheiro uso principalmente que seria utilizado pra projetos na luta contra a pobreza, como os que serão citados abaixo, tais programas ajudam na luta desses problemas básicos descritos anteriormente, e tem principalmente o cunho social da melhoria das cinco grandes questões intervencionárias. São esses programas como os mosquiteiros antimalária, drogas anti-AIDS, vacinações mesmo em lugares em estado de guerra, já provado que são capazes de serem realizados, a revolução verde realizada na Ásia pelo instituto Rockefeller em 1944, e no México como a produção de híbridos agrícolas para exportação, soma-se a erradicação da varíola, que mostra basicamente esse problema primário, países já tinham erradicado no século XIX, e na África encontramos esse problema até a década de 70, principalmente pela falta de vacinas nesses locais, somente melhorada com a resolução de incentivar gratuitamente essas vacinações, o mesmo pode ser dito com a pólio e a cegueira do rio africana, campanhas para educação, para crianças, para o fim do trabalho infantil, para as mulheres como a resolução do telefone em Bangladesh, que deixava o poder da comunicação na mão das mulheres usando essas, ao aluguel do mesmo para educação e subsistência (Sachs, 2005). Problemas que devem ser solucionados imediatamente, pois como a própria declaração em seu artigo 28 nos diz:

"Toda pessoa tem o direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na declaração"

Mas como resolver então esses problemas além dos já citados, Jeffrey Sachs enumera que deve se ter um plano para o desenvolvimento que seria sustentado por cinco etapas, Plano de investimentos, onde o país demonstraria os problemas a serem combatidos, e os países ricos dariam doações para esse fundo internacional, onde seria repassado em forma de investimento, entrando o plano financeiro, usando os balanços para o cálculo das reformas, nesse deve se levar em conta principalmente países onde não encontrará surpresas desagradáveis, como guerra ou disputas políticas, entramos então com o plano dos doadores, onde os países disponibilizariam o dinheiro para ajuda, e por fim o plano de gestão pública, onde o dinheiro então seria empregado nas cinco grandes intervenções para resolução do problema e iniciar o cumprimento das metas, é necessário afirmar, que isso toma tempo, cerca de 10, 15 anos, e tem que se disponibiliza tal tempo ao país em questão, sucesso imediato é utópico (Sachs, 2005).

2.1. Análise da África do Sul.

A África do Sul é um país localizado na África Meridional, que faz fronteiras com Namíbia, Botswana e Zimbábue ao Norte, ao leste por Moçambique e Suazilândia, a leste e a sul pelo Oceano Índico e a oeste pelo Oceano Atlântico, e rodeando por completo o Lesoto. As três capitais são Pretória, Cidade do Cabo e Bloemfontein¹¹.

O país possui 11 línguas oficiais, sendo as mais importantes o Inglês, o Zulu e o Africâner; possui uma área de 1,221,037 km² e uma população de 47,432,000. O país é governado em um regime parlamentarista pelo partido social-democrata ANC (*African National Congress – Congresso Nacional Africano*), pelo presidente Thabo Mbeki.

2.1.1. História da África do Sul

Descoberta em 1488 pelo viajante português Bartolomeu Dias, a África do Sul ficou conhecida na época das navegações como um grande porto para reabastecimento de provisões e pelo Cabo da Boa Esperança, outrora como Cabo das Tormentas, onde as águas do Atlântico sul e o Índico colidem.

Colonizada inicialmente por imigrantes holandeses no século XVII e XVIII, foi logo conquistada pela coroa britânica em 1795, onde se estabeleceu na capital Cidade do Cabo, em 1835 se tem à abolição da escravatura e a África do Sul, até então chamada apenas de Cidade do Cabo se tem dividida pelos novos homens-livres, o Orange Free State e Transvaal, que em 1857 passa a se chamar república sul-africana.

Em meados de 1867, ocorre a guerra dos Boers, guerra pela colonização sul-africana entre os boers, ou africâner, os descendentes holandeses e os colonos britânicos, que termina com a reintegração da república de Transvaal e o Tratado de Vereenging, onde os britânicos são tidos como soberanos, os holandeses passam a exercer uma política amigável com os colonos britânicos, e os negros passam a não deter o direito do voto, em exceto na Cidade do Cabo.

¹¹ Informações retiradas de http://pt.wikipedia.org/wiki/África_do_Sul

Em 31 de Maio de 1910, ocorre a independência da África do Sul, surgindo a União Sul-Africana que reincorpora os já estados sul-africanos de Transvaal, com Cabo, Orange Free State e a Colônia de Natal, sendo assim, surgida à contemporânea África do Sul, durante a independência há o fortalecimento do partido nacional liderado por ingleses caucasianos e africaner linha-duras, comandados por Jon Smits, se trata prioritariamente de um governo nacionalista, com leis extremamente racistas, como a “Lei da Terra” de 1913 que dá a população de 2/3 de negros apenas 7,5% da propriedade de Terra do país, e aos mestiços, nenhum direito a terra. Ocorre também o “Regulamento do Trabalho Nativo” onde as quebras de contrato pelos negros seriam constituídas como um crime, e a “Lei da Igreja Reformista Holandesa” onde era proibido aos negros de se associarem a Igreja, tais medidas serviriam como espinha dorsal da apartheid, instituído por Smits em 1917 e que seria imposto autoritariamente e completamente por Daniel François Malan em 1948.

Dentre as principais segregações raciais, encontra-se a do ensino básico, onde a escola primária para negros tinha um orçamento de 1/10 inferior ao da escola para brancos, hospitais que faziam inveja até mesmo a grandes potências ocidentais eram reservados a pequena população branca, enquanto hospitais dos guetos africanos encontravam situações incrivelmente precárias, como a falta de saneamento básico e ambulâncias, havia também segregações em igrejas, piscinas, cinemas, até mesmo praias, os negros eram proibidos de serem sindicalizados, não podiam se dirigir à área de brancos, a não ser que detivessem de um passe impossível de alcançar e de estarem empregados por brancos.

Em 21 de Março de 1960, ocorre o estopim da apartheid, 20.000 negros protestam sobre a situação no país, e a polícia executa por trás 69 pessoas e ferindo outras 180, o chamado Massacre de Sharpeville chama atenção da ONU, que impõe em 1962 a resolução 1761 cortando relações militares e econômicas de todos os seus países-membro com a África do Sul, em anos seguintes a ONU reafirma sua posição com conferências contra o racismo, que criam cercamento de direitos sobre o país africano, ocorre uma pressão aos investidores estrangeiros para não fazerem negócios com as empresas brancas sul-africanas, e um boicote internacional em todas as instâncias.

Em 1985 entra no poder P.W. Batha, que elimina todos os opositores da apartheid, criando ainda mais sanções impostas pela ONU. Em 1989 ocorre então a solução do problema, Frederic de Klerk entra no poder, em 1990 ele dá abertura ao parlamento, e abole todas as leis da apartheid, libertando Nelson Mandela de 26 anos de prisão, Mandela seria de quatro anos depois eleito presidente nas primeiras eleições diretas, reescrevendo a Constituição e ao lado do primeiro abade negro, Desmond Tutu, o principal suporte político para a erradicação conseguinte de qualquer restígio da apartheid no país.

2.1.2. Análise da África do Sul a cumprir as metas de desenvolvimento do Milênio

Inicia-se a análise da África do Sul levando em consideração as metas da ONU para o Milênio, nessas metas, como descrito anteriormente encontra-se a saída para uma melhoria social e econômica do país, assim como estimula ajudas do PNUD para realização das mesmas, o primeiro índice a se analisar da África do Sul, será como ela se sujeita à meta de Erradicação da Extrema Pobreza, um país que em 1995 após o fim da apartheid encontrava um nível de pobreza de 51,1%, caindo para 2002 a 48,5%, contudo se nominalmente a queda foi uma tanto satisfatória, de maneira real aumentou o numero de pessoas vivendo na pobreza no país, com o crescimento de 20.2 milhões para 21.9 milhões, sendo que 3,7 milhões de pessoas, cerca de 9,4% da sociedade vivia com menos de um dólar em 1995, passamos a ter em 2002 um índice de 10,5% cerca de 14,7 milhões de pessoas vivendo na miséria, com menos de um dólar ao dia, como veremos na tabela abaixo, a distribuição de renda racialmente ainda é muito afetada, tendo os brancos uma melhor qualidade de vida do que os negros, mesmo após o apartheid, e homens tendo melhores situações financeiras do que as mulheres. O numero de mulheres com menos de um dólar ao dia é cerca de 11,1% enquanto os homens representam 9,9%¹², de certo que não nos mostra uma certa disparidade, disparidade essa que é uniforme quando analisado entre brancos e negros, apenas 1,4% dos brancos esta abaixo do nível de pobreza, enquanto cerca de 39,9% se concentra nos negros e mulatos, situação essa remanescente do período da apartheid,

¹² Dados retirados do Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU sobre a África do Sul de 2003.

onde a desigualdade era ainda maior, como podemos ver em 1995 apenas 0,3% dos brancos estavam abaixo da linha da pobreza.

Tabela 2.1. Índice de Pobreza na África do Sul

	Linha Nacional da Pobreza		Linha Internacional da Pobreza			
	População abaixo da Linha de Pobreza (%)		População com menos de 2 dólares o dia (%)		População com menos de 1 dólar ao dia (%)	
	2002	1995	2002	1995	2002	1995
Nacional	48.5%	51.1%	23.8%	24.2%	10.5%	9.4%
Homem	45.9%	48.9%	22.6%	22.5%	9.9%	8.7%
Mulher	50.9%	53.4%	24.9%	25.8%	11.1%	10.1%
Negro	56.3%	62.0%	28.7%	30.4%	12.8%	12.0%
Mulato	36.1%	38.5%	11.2%	10.1%	3.6%	2.8%
Branco	6.9%	1.5%	1.4%	0.3%	0.4%	0.2%
Índio	14.7%	8.3%	6.1%	1.2%	3.1%	0.7%

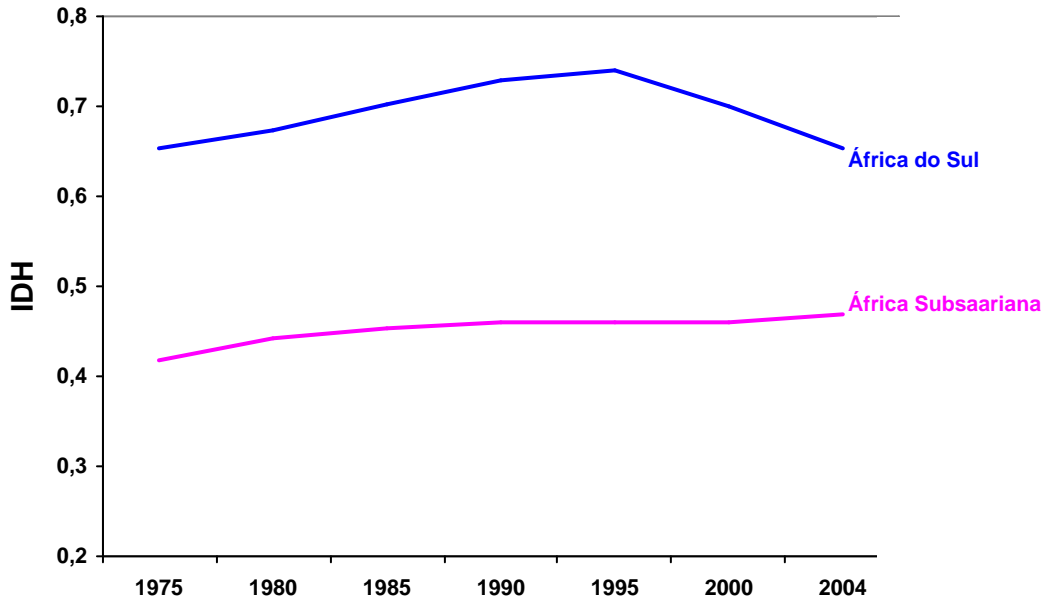
Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2003

O que nos ressalta e nos levam a importantes desigualdades sociais, medidas como o índice Gini, que mede o nível de desigualdade do país (sendo 0 um país sem desigualdades sociais e 1 um país varrido pela desigualdade social), em 1995 encontravam-se um índice de 0,596, em 2001 de 0,635¹³, o que nos indica um índice muito alto de desigualdade social, não só o índice de Gini, mas é interessante analisar também o Índice de Desenvolvimento Humano da África do Sul, esse já nos mostra uma incrível queda de 0,72 para 0,680, como vemos abaixo, a África do Sul, mas mesmo com tantos problemas como os descritos acima, ainda é uma das grandes candidatas a cumprir as metas se levada em consideração seus vizinhos na África subsaariana.

Outro índice de grande importância para nossa análise é o Índice de Pobreza Humana (IPH) que mede o nível de qualidade de vida do país e o nível de prostração de serviços que existem no mesmo, ele é medido através da longevidade, quantas pessoas sobrevivem até os 40 anos, o conhecimento, o número de adultos alfabetizados, e as provisões econômicas e saneamentos básicos, vendo também quantas crianças abaixo dos cinco anos estão abaixo do peso, esse índice na África do Sul foi de 16.4 em 1995 passando por 17.8 e chegando a um aterrador número de 31.02 no final de 2005.

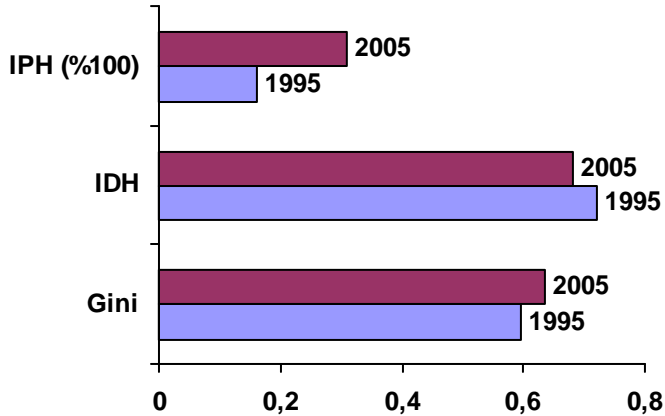
¹³ Dados retirados do Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU sobre a África do Sul de 2003.

Figura 2.1 – IDH África do Sul x IDH África Sub-Saariana



Fonte: PNUD

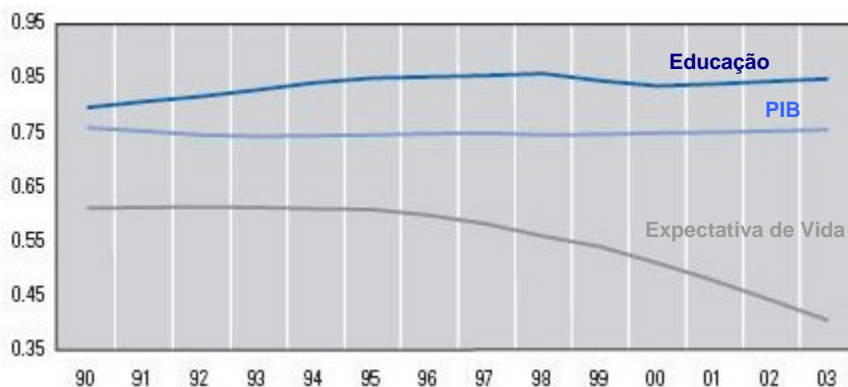
Figura 2.2 – Comparação dos três índices Sul-Africanos, Gini, IDH e IPH entre 1995 e 2005



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2003, Wikipédia, PNUD

Tudo isso nos remete também a dois importantes fatos: o primeiro, de que não é necessária a economia estar no auge para mudanças de desenvolvimento humano no país, como ocorreu de melhor forma com a Coreia do Sul e Costa Rica, e para isso deve se empenhar em políticas sociais de desenvolvimento; e o segundo são analisar qual dos fatores que formam o IDH que mais contribuíram para a África do Sul, e nesse, podemos ver que mesmo com a Educação e o PIB crescendo, o que mais prejudicou o país foi o nível de expectativa de vida.

Figura 2.3. – Fatores que contribuíram para a queda do IDH da África do Sul

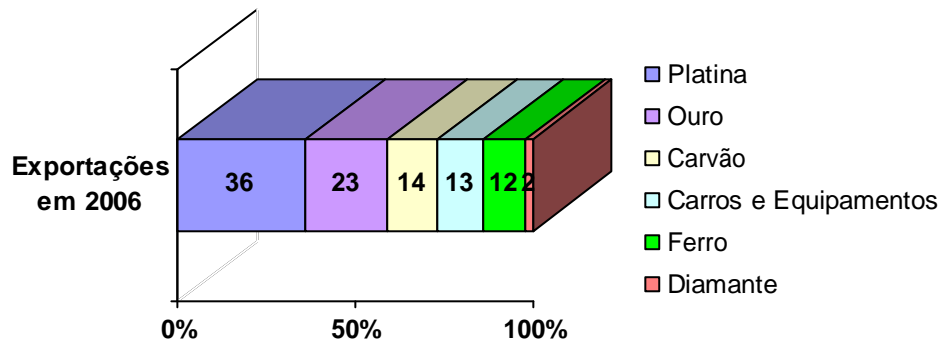


Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2003

O PIB da África do Sul tem crescido de maneira estável nos últimos tempos, principalmente após a criação do GEAR (*Growth Employment and Redistribution*) uma política do governo para crescimento do PIB e do país em nível de 6%, e uma redução do nível de inflação, e aumento do emprego é interessante notar que ultimamente o país tem crescido a taxas de 4,5%, e não só isso, como o PIB per Capita que sofria bruscas quedas em meados dos anos 90, tem se recuperado a partir de 1995, mas com tudo isso o nível de pobreza aumenta cada vez mais, então o que afeta tanto esse nível de pobreza, como o crescimento do PIB?

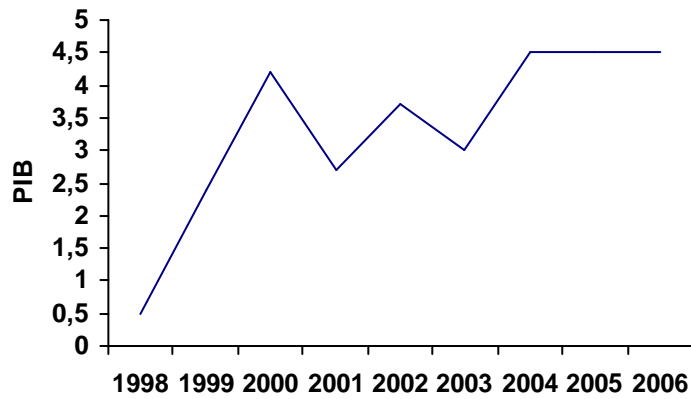
O PIB sul-africano tem tido um crescimento Financeiro Macroeconômico, principalmente via exportações de ouro, platina, carvão e diamante, se a agricultura de exportação tem representado 3,4% do PIB, as exportações aumentaram 29,1% de 2001 em relação a 1995, e tarifas de importação caindo de 30% a 14,3%, com a Balança Comercial em alta, o PIB alavancou recentemente de 0,5% em 1998 para os recentes 4,5%, levando o PIB para \$576,4 bilhões de dólares assim como o PIB per capita que de um estado negativo em 1,5 de 90-94 subiu para 0,67 em 2002, chegando a 13.000.

Figura 2.4. – Exportações da África do Sul em 2006



Fonte – The Economist

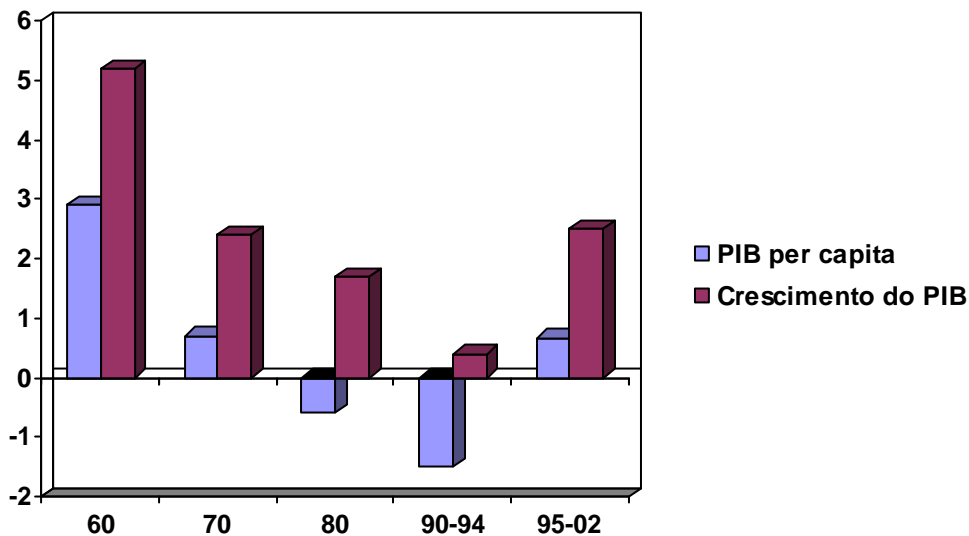
Figura 2.5. – Crescimento do PIB na África do Sul em porcentagem.



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2003

Podemos ver no PIB per capita, que após a década de 60, principalmente com a apartheid e sanções da ONU, com a fuga de investidores estrangeiros a África do Sul sofre uma queda no seu índice de PIB per capita, chegando a negativo em 80 e fim da apartheid e até 94, quando o índice volta a crescer.

Figura 2.6. – Crescimento do PIB e do PIB per capita da África do Sul nos últimos 40 anos.



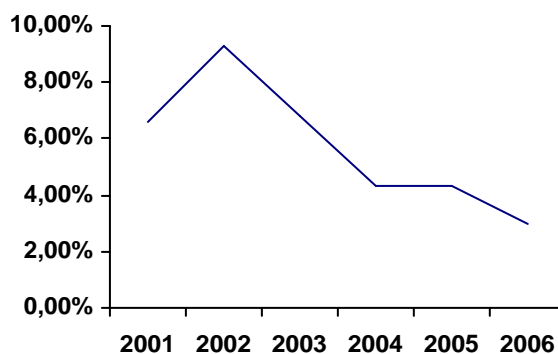
Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2003

Contudo apesar do aparente crescimento do país nos últimos anos, vimos que o IDH continua baixo e decrescente um índice que mede o espaço entre PIB per capita e IDH que se encontrava em -10 em 94, aumentaram a diferença para -64 em 2001, um desses fatores que estimula a miséria no país é os altos índices de desemprego onde 25,5% da população são desempregadas, um número absurdo entre pessoas de 15 a 65 anos, criando uma situação nos últimos 10 anos de um desemprego entre 30% e 42% total – segundo o relatório de desenvolvimento humano – sendo 28,1% de Negros entre 15-65 anos desempregados, o salário médio de um negro é de ZAR¹⁴ 12,073 (Onde 1 dólar equivale a 6,16 rands) enquanto, novamente mostrando-se a alta desigualdade social que eleva a taxa de Gini, o de um branco da mesma idade é de ZAR 81,701, em mais uma comparação, uma mulher negra recebe em média ZAR 8,903, isso gera cada vez mais um ciclo vicioso, se o desemprego assola a população, como então o governo se dá conta de reduzir a pobreza, um dos fatores é a diminuição sustentável nos últimos tempos dos índices de inflação, diminuindo o preço dos produtos para um melhor acesso da população sul-africana, nos últimos cinco anos, a

¹⁴ ZAR = Unidade monetária do rand sul-africano

inflação caiu de 6,6% para 4,3%, esperando que fique entre 3% e 6% nos próximos anos.

Figura 2.7. – Inflação da África do Sul



Fonte: Wikipédia

A África do Sul conseguiu resultados efetivos nos últimos nove anos em relação à situação política e econômica, como um crescimento quantitativo de sua riqueza, e um crescimento econômico estável que o colocam como um país em desenvolvimento aos olhos do mundo, e conseguiu se livrar de uma situação que a estagnava politicamente e economicamente devido a sanções internacionais, que foi a apartheid. Mas mesmo assim, o país ainda encontra muitas dificuldades para redução de pobreza e desigualdades sociais, tendo 50% da população sul-africana abaixo do milite de pobreza, para isso o PNUD propõem primeiramente no Relatório de Desenvolvimento Humano que se crie investimentos em infra-estrutura para que taxas de retorno de investimento aumentem mais que a produtividade do capital, diminuindo a desigualdade dos salários, deve também as autoridades fiscais ajuda com políticas de tributação e gastos governamentais mais bem utilizados, visa um crescimento econômico maior que o crescimento de produtividade da força de trabalho, investe na retirada de subsídios que privilegia capital-intensivo, uma redefinição de política monetária e fiscal e programas de infra-estrutura ajudando pequenas e médias empresas e economia informal, para uma maior amplitude de produção de empregos na sociedade, já a UNDAF 2007, uma cartilha do PNUD que visa ajudar a África do Sul a alcançar as metas do milênio. Propõe melhorar diversos setores para a erradicação da pobreza,

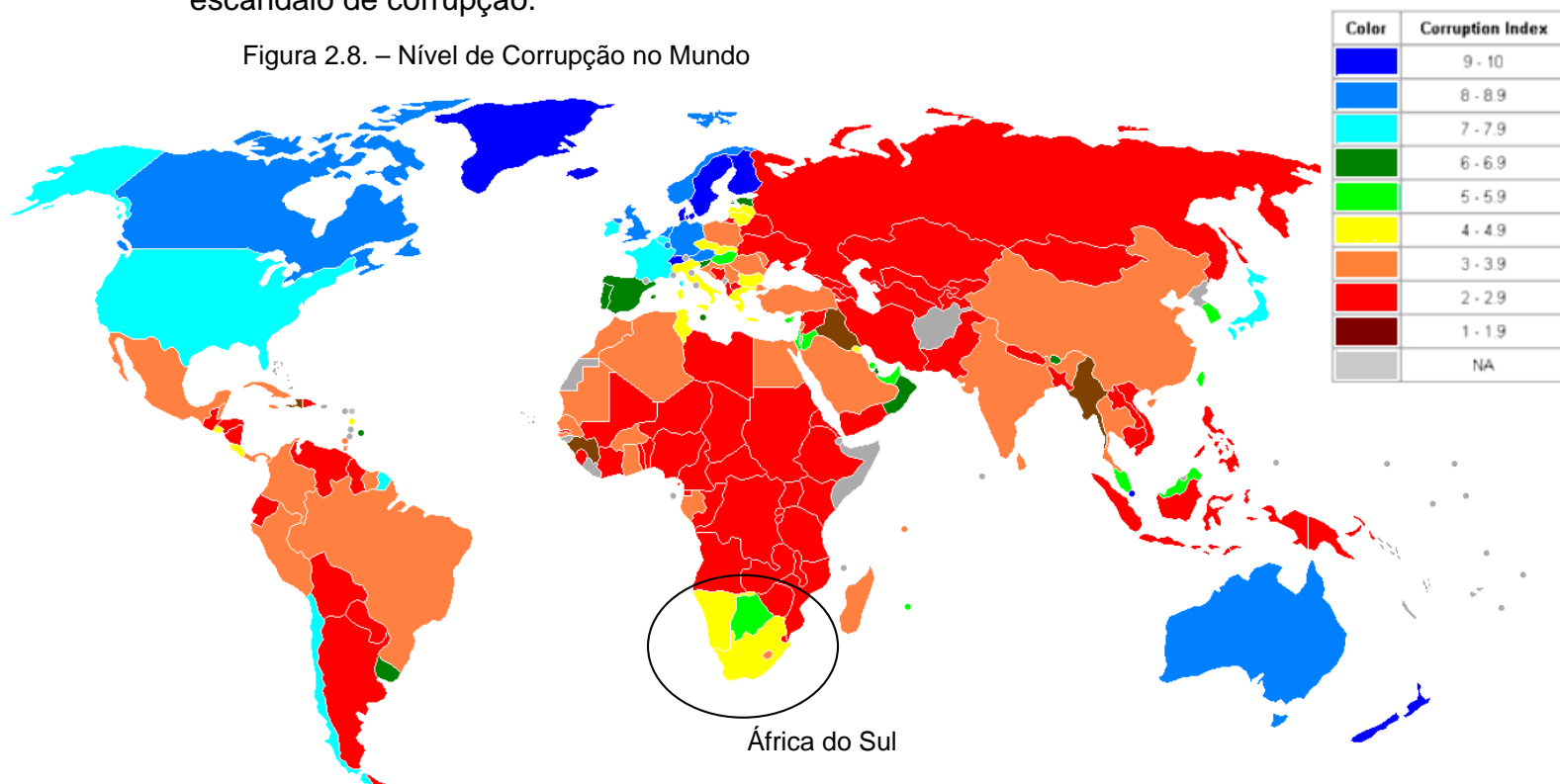
que serão enumerados a seguir, primeiramente, pela democracia, bons governo e administração fortalecida propõem: 1. Melhorar a capacidade do governo local e provinciano a obter e entregar serviços básicos sociais à população; 2. Melhorar processos macroeconômicos; 3. Fortalecer a participação do governo socialmente. Por parcerias sociais com o governo para ajudar o aceleração econômico e o desenvolvimento: 4. Fortalecer a capacidade macroeconomia nacional na formulação de políticas públicas de ajuda, sua implementação e coordenação; 5. Melhorar as parcerias sociais e o governo a responder as necessidades do mercado; 6. Fortalecer a habilidade de desenvolver e implementar a habilidade coordenada de intervenções econômicas; 7. Fortalecer a capacidade de implementação do governo perante a economia. Na visão de fortalecer instituições regionais e Sul-Africanas para consolidar a “Agenda Africana”¹⁵, promover uma governância global e cooperação de Sul a Sul¹⁶: 8. Fortalecer a capacidade da África do Sul a suportar a comissão AV e outras instituições políticas como o NEPAD (*New Partnership of Africa’s Development* – Novas parcerias para o desenvolvimento da África), APEM (*African Peer Review Mechanism* – Revisão do mecanismo de fidalguia Africana), o parlamento Pan-Africano a corte de justiça e direitos humanos, o SADC (*South African Development Community* – Comunidade de Desenvolvimento Sul-Africano) em aumentar a paz, o desenvolvimento socioeconômico e problemas políticos na implementação da Agenda Africana; 9. Fortalecer a cooperação de Sul a Sul; 10. Permitir uma melhoria geral do país em infra-estrutura para organizar grandes eventos esportivos, aqui principalmente a realização da Copa do Mundo FIFA em 2010, na África do Sul, a qual exige infra-estrutura para hospedar turistas e as trinta e duas equipes no país. Ajudas para esforço do governo para promover a justiça, paz e segurança: 11. Harmonizar leis nacionais, regionais, internacionais relacionadas aos direitos da criança, mulheres para que a lei seja cumprida a todas; 12. Combater o crime organizado, tráfico de entorpecentes, lavagem de dinheiro, tráfico de armas, crimes relacionados a trafico de drogas, terrorismo e a corrupção, vemos já aqui, que a corrupção em relação a outros países é menor, mesmo com recentes escândalos do controle de Thabo Mbeki na escolha de parlamentares, e

¹⁵ Fórum de Combate a Pobreza na África.

¹⁶ Cooperação através do Fórum entre Índia, Brasil e África do Sul.

centralização do poder, envolvendo fraudes e corrupção, o país mostrou ser um exemplo ao combate, ao retirar do poder Shabir Shaik, que desviava verbas da Agencia Nacional de Inteligência, envolvendo escândalo de falsas vigilâncias e e-mails conspirativos enviados por seu chefe, Jacob Zuma, possivelmente envolvido com o escândalo de corrupção.

Figura 2.8. – Nível de Corrupção no Mundo



Fonte: Wikipédia e Banco Mundial

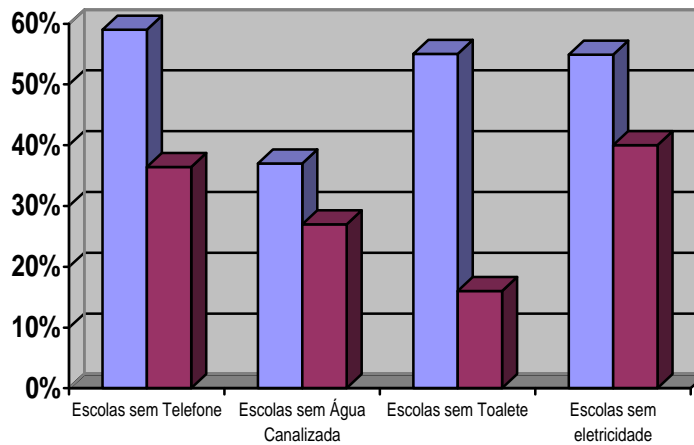
Prosseguindo após esse adendo, 13. Reduzir o nível de corrupção e fraude no governo, como discutido anteriormente tem se mantido – de certa maneira – sob controle; 14. Aumentar as estruturas para prevenção de violência a mulheres e crianças; 15.Reforma nas leis criminais, no código penal; 16. Prevenir crimes sociais. Em ajuda a erradicação da pobreza em si, a UNDAF 2007 sugere: 17. Ajuda ao governo a implementar setores sociais com organizações de ajuda como o EDWP (*Expanded Public Works Programme* – Programa de Expansão Pública de Trabalho), para a comunidade, trabalhadores ECD (*Early Child Development* – Desenvolvimento das Crianças); 18. Melhorar a qualidade da educação; 19. Aumentar a capacidade do governo em Implementar a luta contra HIV / AIDS; 20.Capacitar o país aos

requerimentos da economia mundial; 21. Aumentar a demanda por casas populares e serviços básicos; 22. Melhorar a qualidade da saúde básica e de hospitais; 23. Melhorar a distribuição das doações sociais; 24. Planejamento estratégico e coordenação de programas para subsistência de pequenas fazendas de comida para produção distribuição a população, a ONU já vêem a África do Sul como um país capaz de realizar tais metas, é tido como um país em desenvolvimento mais do que subdesenvolvido, é uma Força Regional, faz parte da cadeira do grupo 77 em Janeiro de 2007 em Nova Iorque como membro não permanente, e já tem melhores recursos econômicos, não precisa mais de tanto empréstimo de bancos internacionais, mesmo contendo uma dívida externa de \$25.9 bilhões de dólares, o país também possui \$20.16 bilhões de reservas internacionais, exportando \$59.15 bilhões e importando \$61.53 bilhões.¹⁷ Como vimos anteriormente ao analisar o IDH da África do Sul, se a Economia tem crescido potencialmente, a um segundo fator que também cresce na África do Sul e é de importante mensuração para as metas do Milênio, a Educação.

Desde 1994 tem se criados documentos de discussão, novas legislações, reformas na lei educacional, pelo Departamento de Educação, que visa revisões, também, nas políticas educacionais, entre elas a criação de umas escolas sem divisão de raça, etnia ou região, criou-se mais de 27.000 novas escolas, criou-se o NQF (National Qualification Framework) que faz reformas qualitativas nesses novos programas educacionais, institui-se a criação de novas universidades e cursos técnicos, e principalmente a distribuição de serviços básicos como o mostrado no gráfico abaixo:

¹⁷ Retirado do site <http://www.statssa.gov.za/keyindicators/keyindicators.asp>

Figura 2.9. – Distribuição de Serviços Básicos nas Escolas Sul-Africanas



Fonte – Relatório de Desenvolvimento Humano 2003

Podemos ver que em relação a 1996, todos os serviços foram melhorados a partir dos anos, as escolas sem telefone caíram de 59% para 36,4%, água canalizada caiu de 37% de escolas sem água canalizada para 27%, um número indicativo é o de escolas com toaletes de 55% sem, para 16% sem, o acesso à eletricidade aumentou de 40% para 54,9%, o número de escolas com computadores passou de 2.241 para 6.581, todos dados do relatório de desenvolvimento humano, que também nos indica que a educação na África do Sul tem recebido bastante apoio do governo, em 1996 o Investimento era de ZAR 31.1 bilhões, em 2002 passou para ZAR 59,6 bilhões, um aumento anual de 10,3% se ajustado à inflação, contudo as contribuições vindas do governo caem de 19,2% para 18,8% com 18% menos em gastos em escolas desde 1995, isso se dá, pois foi priorizada a institucionalização das escolas “brancas” permitindo a essas a entrada de negros, mais do que a infra-estrutura para melhoria das escolas negras, aonde 90% vem de Custos pessoais nas principais províncias negras: Kwazulu-Natal, Eastern Cape, Mpumalanga, Limpopo e North East, nessas cidades há cortes no orçamento, muita saída de alunos da escola para trabalho, alto índice de repetência e aumento nos custos de manutenção, contudo a África do Sul apresenta índices bastante consideráveis até para países latino-americanos em desenvolvimento, tendo 12 milhões de crianças matriculadas na escola, 90% das crianças de 7 a 15 anos estão estudando, é a maior no continente com mulheres na

escola, e a taxa de alfabetizados nos países é de interessantes 86,4%, mais da metade da população, mesmo vivendo abaixo da miséria tem oportunidade de alfabetização.

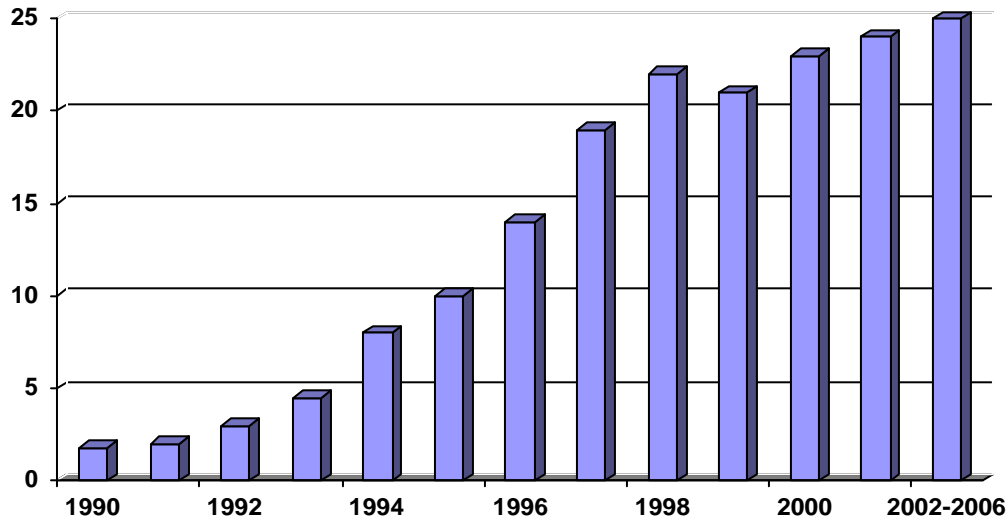
Se tanto a educação como a economia sul-africana tem crescido, o IDH tem um terceiro fator, bastante importante para duas das metas do desenvolvimento do milênio – Mortalidade Infantil e Erradicação do HIV / AIDS - que é o principal fator para a drástica queda nos últimos anos do IDH sul-africano, o índice de mortalidade, levando em consideração expectativa de vida e taxa de mortalidade infantil

As principais causas de morte naturais na África do Sul são o vírus Influenza, a Tuberculose, a Malária, a Pneumonia e o HIV / AIDS – sendo que esse contribui para cerca de 58% das mortes de pneumonia, por ser um vírus de imunodeficiência, propicia a contaminação com tuberculose, a doença que mais mata na África do Sul ¹⁸- segundo o relatório de desenvolvimento humano a principal causa nas crianças soa o vírus influenza e a pneumonia, nas mulheres o HIV / AIDS e nos homens causas não-naturais, que serão discutidas mais pra frente, contudo num âmbito geral da população, o HIV / AIDS é o que mais mata, segundo a UNAIDS África do Sul e o ASSA 2003 models de 599.000 mortes na África do Sul, 345.640 morreram de AIDS/ HIV em 2006, sendo 13,5% de mulheres e 25% de todas as mortes, como vemos o numero aumentando gradualmente no gráfico abaixo, o de porcentagem de pessoas com AIDS.

Cerca de 12,6% da população Sul-Africana, tem AIDS / HIV.

¹⁸ segundo o site: <http://www.statssa.gov.za/PublicationsHTML/P030932005/html/P030932005.html>

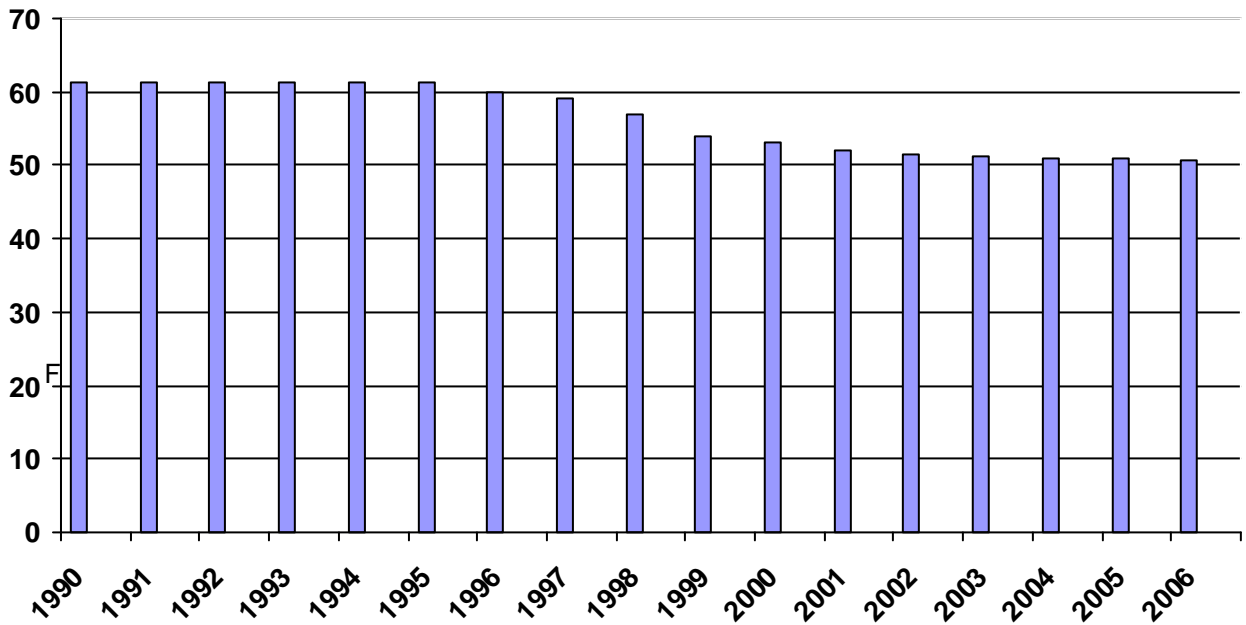
Figura 2.10. – Taxa de Infectados com HIV / AIDS nos últimos 15 anos (%)



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2003

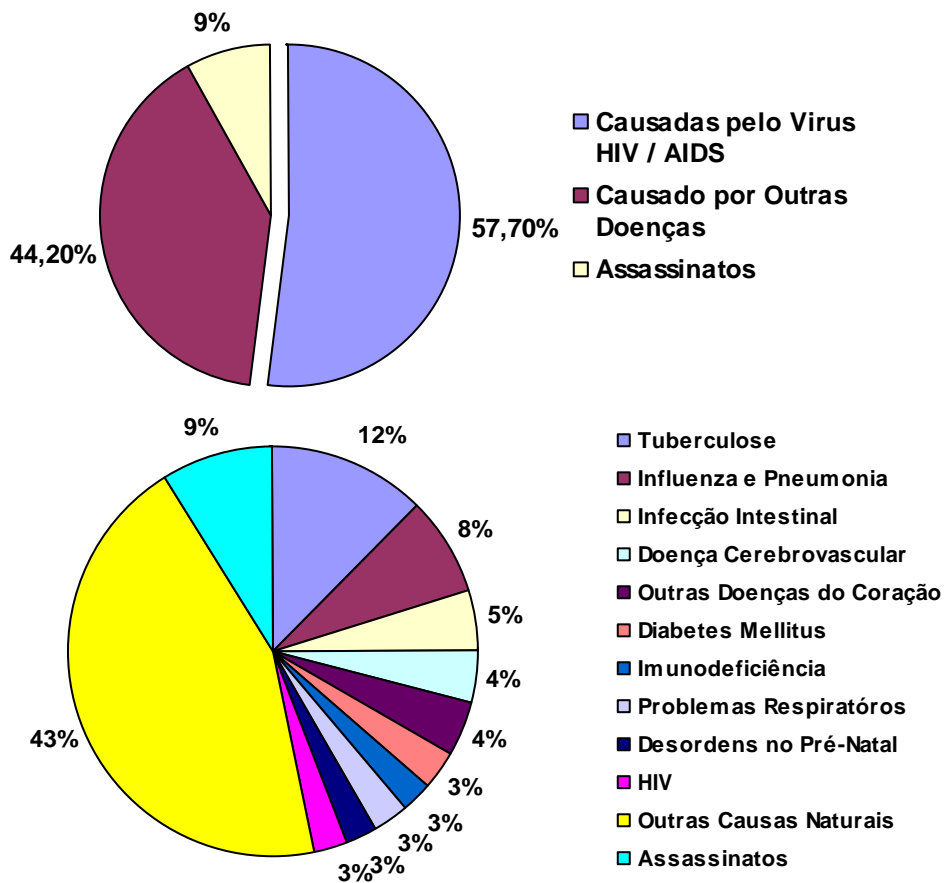
Como vemos acima, há uma expansão da porcentagem das pessoas com AIDS / HIV ao longo dos últimos anos, com uma expectativa da UNAIDS de que em 2015, se nada for feito, teremos um número de mortos 30% maior que em 1996. Sendo em 2001 5,6 milhões de pessoas com HIV / AIDS, e 50.000 mulheres, quando em 1995 eram 115.000, principalmente mulheres entre 20-39 anos, o HIV / AIDS é o que mais impacta sobre dois importantes índices que serão analisados agora, a expectativa de vida e a taxa de mortalidade infantil, como veremos no gráfico abaixo, a taxa de expectativa de vida tem caído proporcionalmente em relação com a taxa do aumento de AIDS / HIV no país, possuindo uma autocorrelação negativa de -0,98617, onde (estando entre -1 e 1). Sendo um índice inegavelmente relevante, mostrando que prioritariamente, ao aumentar os casos de HIV / AIDS aumenta a queda na expectativa de vida, mais do que as demais doenças.

Figura 2.11. – Expectativa de Vida na África do Sul



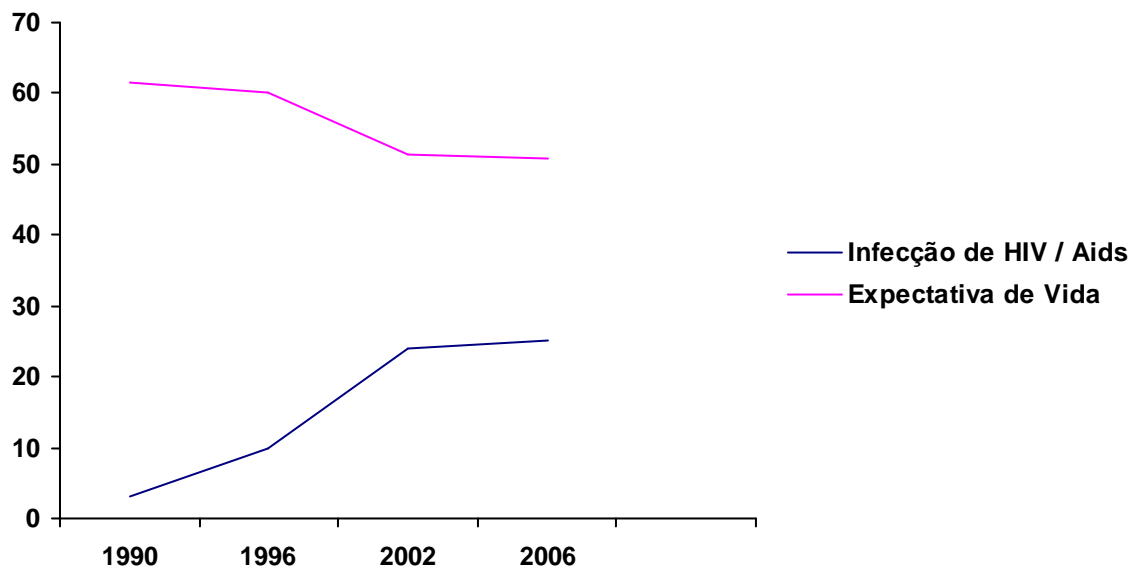
Fonte: AIDS Demographic Model 2000

Figura 2.12 – Maiores causadores de morte na África do Sul



Fonte: Statistics South Africa

Figura 2.13. – Infecção de HIV / AIDS x Expectativa de Vida



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2003

Segundo os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano, percebemos que a África do Sul é o país do mundo com Maiores casos de pessoas com HIV / AIDS, adicionando a isso que 10,8% de crianças de até dois anos de idades possuem a doença, sendo a AIDS / HIV a causa de 73% novos órfãos no país. O presidente Mbeki afirma que a principal causa desse aumento de HIV / AIDS na população se dá por condições precárias na saúde e altos índices de pobreza, sendo muito questionado nesse ultimo item, contudo no gráfico abaixo podemos ver certa razão de Mbeki, a maioria negra da população, mais pobre é a que maior possui o vírus, e as mulheres ainda mais pobres que os homens encabeçam o topo da lista, ao contrário dos homens brancos, na outra ponta.

Tabela 2.2. – HIV / AIDS por Raça, Cor, Gênero na África do Sul

	Total	Sexo		Área		Grupo Populacional			
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Negro	Mestiço	Indio	Branco
1995	1 098 262	490 223	605 665	578 913	511 643	1 070 324	21490	2 124	7 786
2001	5 574 763	2 538 526	3 029 386	3 264 685	2 280 155	5 222 039	149 950	27 691	76 966

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2003

Para lutar contra isso, o governo e o Departamento de Saúde utilizaram 8 a 10 bilhões de Rands para melhorar os hospitais a partir de 1998, sendo criado 282 novos hospitais em 2001, usando 550 milhões de rands, também, segundo o mesmo relatório, foi criada uma comissão de cientistas e dissidentes da AIDS para pensar o problema, o *National Strategic Aids Plan* – Plano Estratégico Nacional contra a AIDS, onde foi usado um fundo de mais de seis bilhões de dólares.

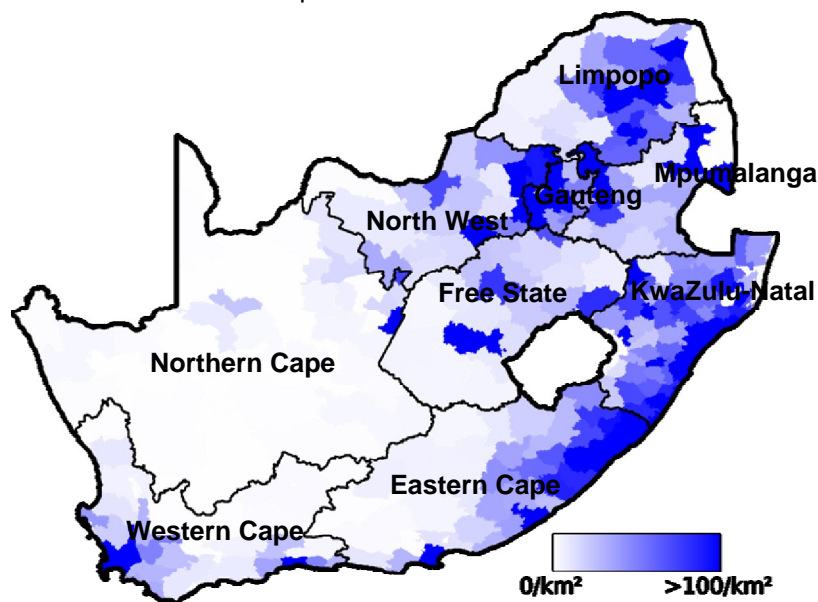
Passamos então para outro ponto de bastante discussão nas Metas do Desenvolvimento do Milênio, a igualdade dos gêneros femininos e masculinos, tal questão é medida através do GEM (*Gender Empowerment Measure* – Mensuração do Poder do Gênero) que mede as participações políticas e desigualdade de gêneros em participações políticas e econômicas sendo o número de mulheres no parlamento, oficiais, profissionais em geral e seu poder de decisões e poder sobre os recursos econômicos, o método de cálculo é o seguinte, primeiramente se faz uma porcentagem de mulheres e homens em cada área, a) Área do número de assentos no parlamento, b) legisladores, oficiais sênior, managers, profissionais técnicos, e c) salário em (PPP US\$), depois, para cada área os pares de gênero em porcentagem são combinados em uma porcentagem de equivalência distribuída igualmente chamada de EDEP, que recompensa a igualdade do gênero e penaliza a desigualdade, tomando três índices do EDEP, o EDP para participação econômica, o EDEP dos subcomponentes e o EDEP do salário computado, é interessante notar aqui, que a África do Sul possui um índice bastante satisfatório nesse quesito tendo um valor de 0,76, que decaiu desde 1995, que era de 0,80 (Contudo caiu o número de assentos no parlamento sul-africano), tendo 32,8% de vagas para mulheres no parlamento e um aumento de 0,45 na estimativa de mulheres em relação aos homens no trabalho.¹⁹

Na África do Sul podemos citar importantes mulheres do governo de Mbeki, entre elas Lulama Xingwana: Ministra da Agricultura, Ivy Matsepe-Caaberri: Ministra das Telecomunicações, Nasi Inwe Mapisa-Ngakula: Ministra das Relações Internas, Geraldine Joslyn Fraser Meleketi: Ministra do Serviço Público e Administração e Brigitte Sylvia Mabandla: Ministra da Justiça.

¹⁹ Dados retirados do site <http://hdr.undp.org/hdr2006/statistics/documents/gem2004.pdf>

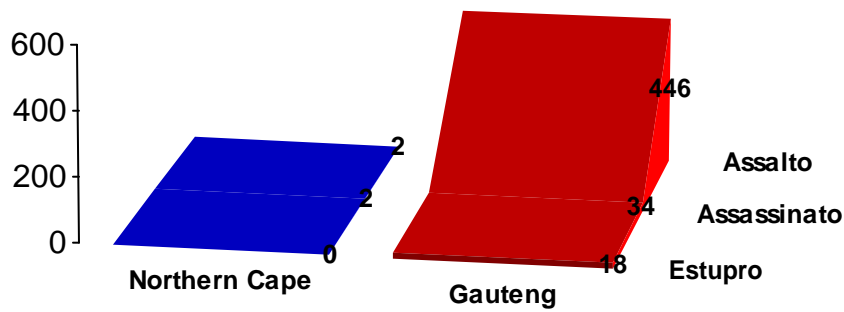
Por fim, vamos analisar um último e importante índice que tem melhorado na África do Sul, devido ao crescimento econômico do país, o índice de criminalidade. Em 1998-2000 a *United Nations Office of Drugs and Crime*, órgão da ONU que combate o tráfico de drogas e a criminalidade relatou que a África do Sul se encontrava – entre os países mensurados, sendo estes de alto e médio desenvolvimento - em 2º lugar em assalto e assassinatos per capita, e 1º lugar em estupros per capitã, segundo dados da conceituada revista “The Economist” em 2002 cerca de 114,8 pessoas morreram de assassinato em relação a 100.000 habitantes, cinco vezes maior que o segundo colocado; Brasil. Contudo, desde 2004 esse índice tem caído de 4,65% e 5,3% respectivamente em assassinatos e roubos, tudo devido principalmente a uma política de anistia de armas no país conduzido por Thabo Mbeki, a principal causa dos crimes se da ao grande desemprego, como mostrado anteriormente, e principalmente em áreas principalmente urbanas do país, podemos ver abaixo a densidade demográfica, e uma tabela que mostra o número de ocorrências em assassinatos, roubos e estupros em duas áreas do país, uma, Gauteng, totalmente urbanizada, onde temos, Soweto, tido como um dos lugares mais perigosos do mundo, em Pretória, uma das capitais do país mais urbanas, em comparação a Northern Cape, de capital Kimberley.

Figura 2.14. – Densidade Populacional da África do Sul



Fonte – Wikipédia

Figura 2.15. – Relação de Crimes (Assalto, Estupro, Assassinato) em uma área Urbana (Pretória, Gauteng) e uma área rural (Kimberley, Northern Cape)



Fonte – Crime Statistics

Podemos observar finalmente, que a África do Sul é realmente um país em desenvolvimento e com grande capacidade de cumprir as metas do milênio, a economia cresce razoavelmente, a inflação está contida, o investimento tem aumentado, as trocas comerciais foram liberalizadas, a dívida pública é umas das menores desde 1999 foram criadas mais de meio milhão de empregos, cidades antes perigosíssimas como Soweto, hoje apresentam belas vizinhanças, segurança pública, bancos, shoppings, casas elegantes, um aumento do número de turistas ao lugar antes assolado pela pobreza, um país que tem crescido politicamente desde o fim da apartheid, que antes uma paria de guerras civis de países vizinhos, funciona como mediadora em conflitos do Burundi-Congo, uma democracia em crescimento, com as mulheres entrando cada vez mais no parlamento, dando remédio retro-virais contra a HIV / AIDS a 250.000 pessoas²⁰, sem se esquecer que cada uma dessas conquistas ainda são pequenas “pontas de iceberg” em cada problema discutido, milhares ainda morrem devido à tuberculose e HIV / AIDS, o crime ainda tem índices aterradores, como o de 50 pessoas¹⁸ assassinadas por dia, mesmo com a criação do *Black Economic Empowerment* (BEE), onde firmas devem contratar mais funcionários negros, e o fim da apartheid, a desigualdade social e racial ainda é absurda. Como dito o país carece ainda de muito a ser feito, após o sucesso de Mandela como presidente,

²⁰ retirado do site <http://www.economist.com/countries/SouthAfrica/>

principalmente na realização da vitória contra a apartheid, Mbeki falhou ao mostrar uma nova África do Sul aos jovens e ao mundo de visão social e política, mesmo com uma boa capacidade de crescimento econômico.

2.2. Análise da Libéria.

A Libéria é um país localizado na África Ocidental, que faz fronteiras ao norte com Guiné e Serra Leoa, ao leste pela Costa do Marfim, a oeste e a sul pelo Oceano Atlântico, sua capital é a cidade de Monróvia²¹.

O país possui o inglês como língua oficial; possui uma área de 111,369 km² e uma população de 3,042,004 habitantes. O país é uma república presidencialista comandada pela economista formada em Harvard, Ellen Johnson-Sirleaf do Partido da Unidade (*Unity Party*).

2.2.1. História da Libéria

Em 1461 o português Pedro de Sintra chega ao norte da atual costa Liberiana, Duarte Pacheco Pereira nomearia o país de “Costa da Pimenta”, devido a abundância do condimento nas localidades. No século XVI os portugueses são expulsos da terra por corsários francês, ingleses e holandeses, em 1663 os ingleses criam entrepostos comerciais nas cidadelas, mas são logo destruídas por corsários holandeses.

No século XIX, um grupo formado por governantes quer mandar à África escravos, que se tornariam livres e um grupo formado pela população branca, dizia que por serem incapazes a viver em um sistema capitalista os escravos deveriam continuar assim, com a vitória do argumento do primeiro grupo é fundado nos EUA, por Robert Finley a *American Colonization Society* com o intuito primário de levar ex-escravos negros e negros nascidos livres para a África. É importante lembrar que a abolição da escravidão nos EUA só seria feita em 1860, sendo assim, apenas uma minoria seria levada à África.

Logo, o Quaker e empreendedor Paul Cuffe leva imigrantes a Serra Leoa, mas todos morrem de febre amarela devido à precariedade do local, não obstante, o próprio Paul Cuffe morre meses depois.

O então presidente norte-americano James Monroe, consolida a idéia de criar um país na África para abrigar os ex-escravos, em 1821, essa sociedade americana

²¹ Informações retiradas de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Libéria>

consegue terras no norte do atual território da Libéria, o Cabo Mesurado, o navio *Sail* parte com emigrantes para o país, deixando a primeira leva no local e em 1824 se dá um nome vindo de latim “Livre Terra” ao país.

Em 1822, mesmo com constantes conflitos com tribos da região e os escravos cria-se a cidade de Monróvia em homenagem a James Monroe, em 1847 o governador da província Joseph Roberts proclama a independência do país, sendo este o primeiro país africano independente, e sendo uma colônia por apenas 16 anos, o mesmo se torna o primeiro presidente negro da história. O país seria sucessivamente ajudado financeiramente por EUA e Grã-Bretanha, principalmente nos anos 20, quando graça a um empréstimo de cinco milhões a Firestone, para concessão de terras para a criação de borracha, se instalaria uma crise financeira.

Em 1943, William V.S. Tubman seria eleito presidente, sendo reeleito sucessivamente até 1971, quando faleceria. Nessa época, a Libéria apresenta bastantes movimentos sociais de melhoria do país, como o poder de voto das mulheres em 1951 e a lei que criminaliza a segregação racial em 1958.

Em 1980, ocorre um golpe de estado, dado pelo sargento Samuel K. Doe, que assumiria violentamente o país assassinando o então presidente William Tubert, esse encabeçaria o “Conselho de Redenção Popular” (PRC), e logo iria impor um regime totalmente autoritário suspendendo a constituição, banindo o restante de partidos políticos e fechando as fronteiras. Logo, os EUA pressionam a Libéria para a democracia, e Doe faz uma nova constituição com preceitos democráticos, contudo isso provaria ser apenas “fachada”, já que o próprio Doe seria eleito em uma eleição fraudulenta para a presidência em 1986. O País sofre, após sua eleição, um dos piores anos de sua história, anos marcados por inflação, desemprego, corrupção, tribalismo e violação dos direitos humanos.

Se Doe entrou num poder, com um golpe militar, esse seria deposto com um novo golpe, militares chefiados por Charles Taylor, líderes da Frente Patrióticos (NPFL) iniciam uma revolta, que em poucos meses tomariam conta do país inteiro, assassinando Doe em 1990 e criando um novo partido, a Frente Patriótica Independente (INPFL).

Com o poder nas mãos de Taylor, inicia-se uma ferrenha guerra civil, que a OPNU e a Organização da Unidade Africana tenta conter, enviando forças de paz, com soldados nigerianos, à Libéria, a ECONOMOG, que não só se mostraria incapaz, como entraria no embate civil, entre a NPFL, a INPFL, e a ULIMO chefiada pelos aliados do já falecido Doe.

O combate dura cinco longos anos, até que em Agosto de 1995 é assinado um tratado de paz em Abuja, Nigéria, para cessar o combate até as eleições de 1996, em abril desse ano, a trégua é quebrada e até o fim do ano continua-se a batalha, até que se dá um cessar-fogo e um início de desarmamento das facções militantes.

Estima-se que cerca de 150 mil e 200 mil pessoas foram mortas durante o conflito, e um milhão se refugiaram em outros países.

Em 1997, Charles Taylor ganha legitimamente as eleições, e para se precaver de novos conflitos institui seus rivais, como seus ministros, o mesmo Taylor seria acusado em 1999 de ajudar revolucionários de Serra Leoa, na guerra civil desse país em troca dos chamados “diamantes de sangue”, diamantes contrabandeados que serviriam como forma de pagamento no comércio ilegal de armas, a ONU então sanciona a Libéria até 2001.

Mesmo com o fim da guerra civil, diversos grupos revolucionários são formados, e a *Liberation United for Reconciliation and Democracy* (LURD) domina quase todo o país em 2001-2002, deixando somente a Libéria no poder do militar presidente Taylor, o mesmo se demite em Agosto de 2003 e se refugia na Nigéria, assumindo seu vice-presidente Moses Blah.

No fim do ano de 2005, após diversos embates políticos, a ex-economista do Banco Mundial e do Citibank da África, Ellen Johnson-Sirleaf, vence o ex-jogador de futebol e ícone do país George Weah na disputa para a presidência do país.

2.2.2. Análise da Libéria a cumprir as metas de desenvolvimento do Milênio

É interessante iniciar a análise da Libéria admitindo, que o principal fator do país se encontrar em uma extrema pobreza, com índices que serão demonstrados a seguir, se dá a partir do ano de 1988 com o golpe de estado. Antes o país passava por uma importante estabilidade social e progresso econômico, com a guerra civil, além de encontrar um número altíssimo de mortos e refugiados, sendo respectivamente entre 150 mil e 200 mil mortes e 314 mil refugiados.

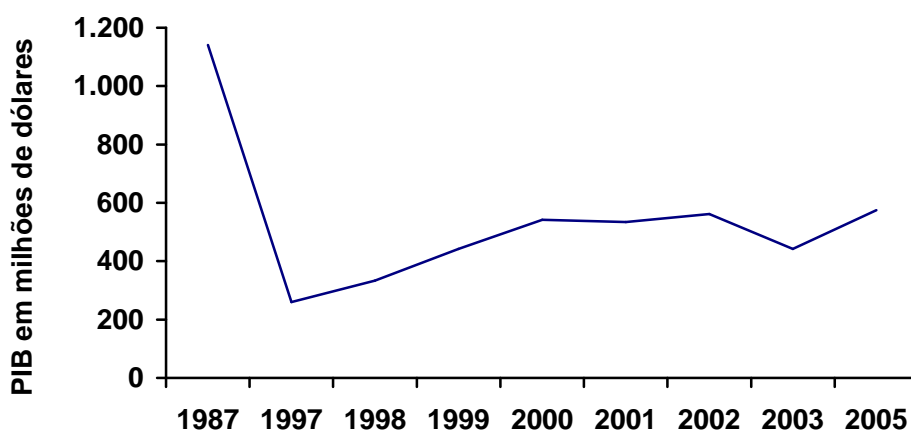
Não só isso, como a guerra civil trouxe uma situação de desconfiança e medo de qualquer retorno ao país, causando uma situação de conflito político, com diversas das facções ainda não extintas almejando o poder, essa desconfiança, assolou o país principalmente numa falta de saneamento básico, de água, de serviços médicos, de auxílio à violência sofrida para mulheres e crianças, pelo medo de se envolver com qualquer restígio de combate ainda remanescente.

Segundo o relatório de desenvolvimento humano da ONU de 2006, o PIB do país que era de 1 bilhão em 1988, passou a menos de 500 milhões em 2003, a mineração, uma das principais atividades do país teve uma queda de participação de 12% do PIB em 1988 para somente 0,082% em 2004. Isso para um PIB que crescia a taxas constantes de 9% nos anos 50 e 60 segundo o relatório de desenvolvimento humano da ONU. O terceiro setor, setor de serviços encontrou uma queda de 50,5% para 17,4%, indicando profundos índices de pobreza como um desemprego de 85% da população.

Contudo, como podemos ver no gráfico abaixo, a partir da eleição de Ellen Johnson-Sirleaff, o país tem tomado uma reconstrução com importantes resultados, a chamada reconstrução RFTF, que propõe uma reconstrução na segurança, governo, desenvolvimento democrático, leis, eleições abertas, desenvolvimento social e aumento da infra-estrutura básica, e com isso, já podemos ver o aumento do PIB para 574,5 milhões, após anos de incrível recessão, podemos constatar também o crescimento do PIB Liberiano, em 2005 de 626,67% em relação ao ano anterior, índice que indica um alto crescimento de 21,80% o 3º maior do mundo na época, segundo o site Index

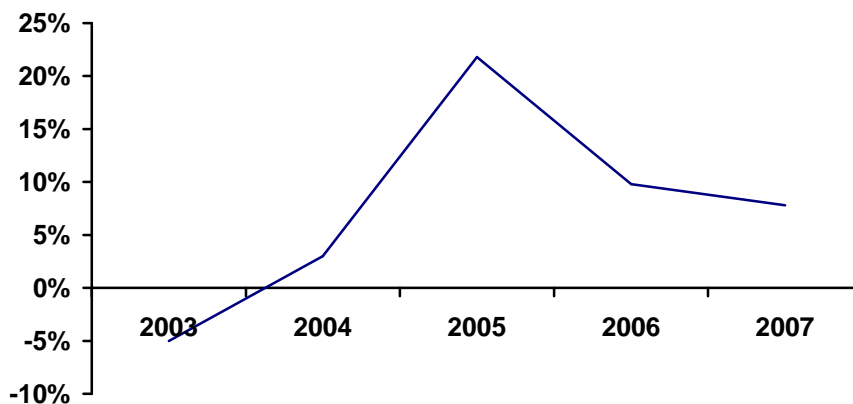
Mundi, mas devemos levar em consideração que este tal crescimento é em relação a um estado calamitoso que o país se encontrava, não indica um crescimento de melhorias sociais e econômicas da população, e sim, se o país se encontrava em um “fundo do poço”, e profundamente assolado pela guerra civil, encontrou no início do governo de Ellen Johnson um forte potencial de saída de crise com tal crescimento, que decaiu em 2006 e parece ter se estabilizado.

Figura 2.16. – PIB da Libéria nos últimos 20 anos em milhões de dólares



Fonte – Relatório de Desenvolvimento Humano 2006

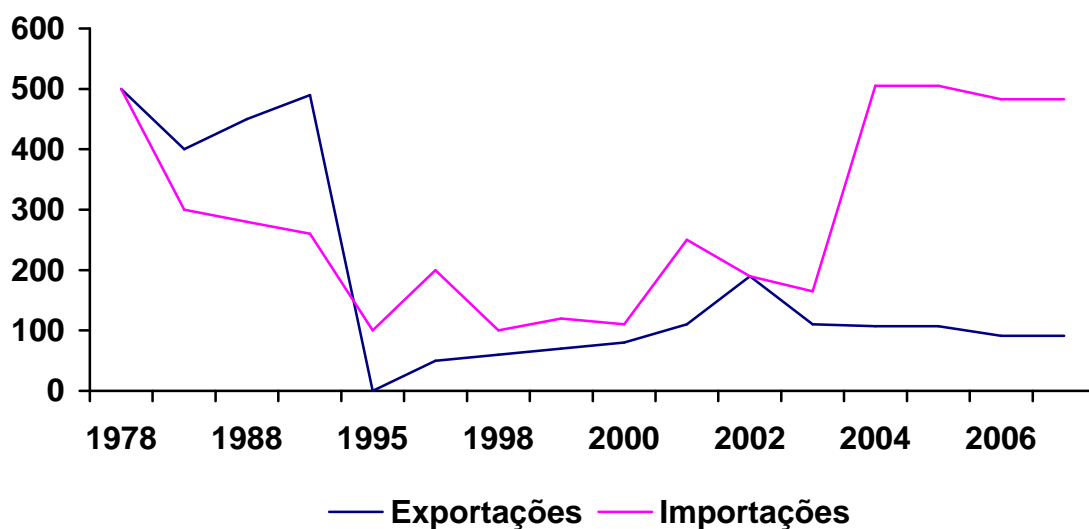
Figura 2.17. – Crescimento Anual do PIB da Libéria em Porcentagem



Fonte – Index Mundi

Um terceiro índice que nos mostra a precariedade do país durante a guerra civil, é o índice de exportações e importações, com o gráfico de dívida externa, nos últimos e mais recentes anos, para se redemocratizar e se reconstruir, a Libéria tem se tornado uma grande compradora no mercado internacional, as importações de combustível, manufaturados, produtos químicos, produtos de transporte, e comida, crescem cada vez mais, vindos na maioria, da Coréia do Sul; e as exportações, principalmente de borracha, madeira, ferro, diamante, cacau e café tem decaído ao longo dos anos, isso para um país que na década de 70/80 tinha exportações e importações de cerca de 500 milhões de dólares. A dívida externa do país, devido a tamanho índice de importação e o baixo índice de exportação chega a 3.262,5 milhões de dólares.

Figura 2.18. – Exportações e Importações da Libéria

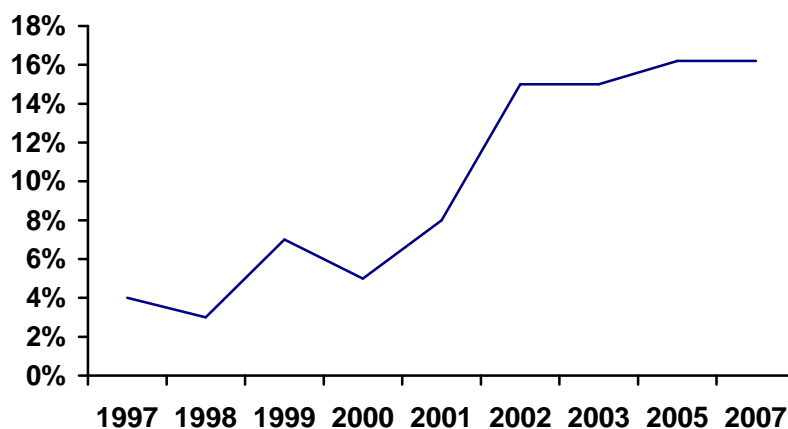


Fonte – Relatório de Desenvolvimento Humano 2006, Index Mundi

Com o aumento da dívida externa, devido ao aumento das importações, aos recentes aumentos nos preços do petróleo e das commodities essenciais, somado a antigas e errôneas políticas de contenção de preço de governos passados formaram uma pressão inflacionária com memória inflacionária sobre o país, chegando a recentes 16,2% como mostrado abaixo, isso depreciou também o dólar liberiano onde 2001 estavam \$LD 49,5 para US\$ 1,00; e em 2002 - \$LD 61,5 para US\$ 1,00. Levando o

país a uma pobreza absoluta, onde 76,2% das pessoas vivem abaixo de US\$ 1,00 e mais gritante ainda, 52% das pessoas vivem com menos de US\$ 0,50.²²

Figura 2.19. – Inflação da Libéria nos últimos 10 anos



Fonte – Index Mundi, CIA World Factbook

Com o intenso processo inflacionário, depreciou a qualidade de vida com o aumento dos preços de commodities básicas, como alimentos, em um país onde a média salarial é baixíssima tendo que enfrentar diversos aumentos nos preços constantemente, veja um exemplo, segundo o relatório de Desenvolvimento Humano da ONU na Libéria um médico residente recebe 4.600 dólares liberianos por mês, que dá cerca de apenas US\$ 82,14, em um país onde o salário básico de um médico residente segundo a revista dos residentes médicos nos EUA é de cerca de US\$ 6.250 por mês.

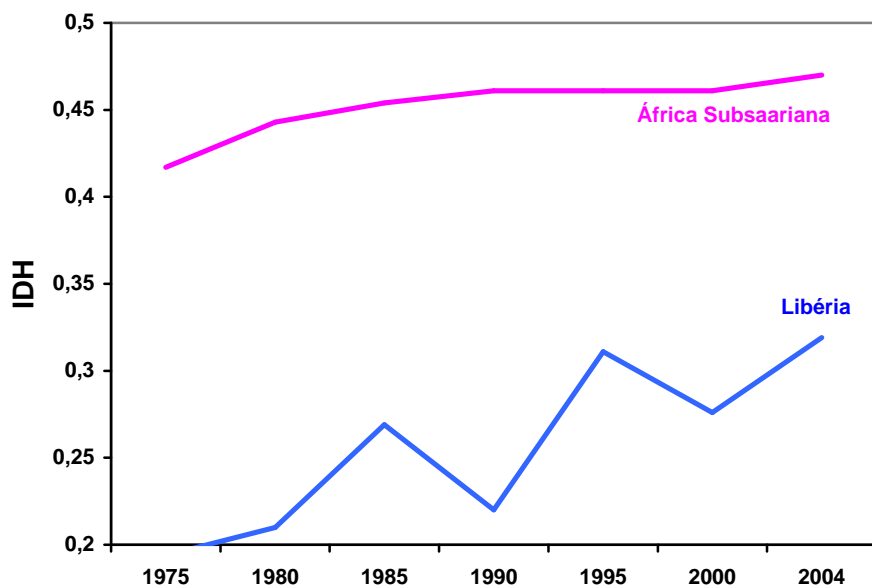
Isso nos ajuda a entender índices de pobreza que serão analisados agora, primeiro, deve se indicar que a maioria dos índices que acontecem na Libéria são índices estimados, o país por ter sofrido muito na recente guerra civil, carece de dados para elaboração de índices como o IPH, IDH, Gini; com isso, as estimativas desses índices são baseadas nos últimos anos que foram medidos, cerca de 1989 – 1993.

Primeiro analisaremos o IDH liberiano, na data de última medição o país se encontrava como um índice baixo de 0,311, após uma estimativa de queda com a continuação da guerra civil para 0,276 em 1999, encontramos com a entrada da

²² Dados retirados do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2006 da Libéria.

presidente nova, um aumento, não significativo, mas também não obstante ruim para 0,319, com uma estimativa de aumento para a próxima medição.

Figura 2.20. – IDH Libéria x IDH África Subsaariana

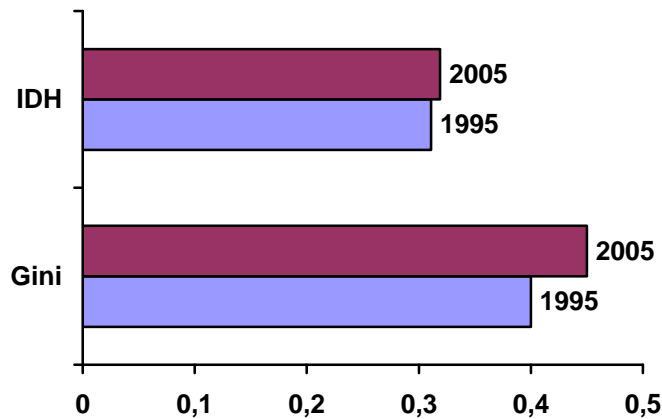


Fonte – PNUD, Relatório Desenvolvimento Humano 2006.

Como dito acima, agora veremos dois índices que nos mostram ainda mais a extrema pobreza que passa o país, serão coeficiente de Gini, estando a Libéria entre 0,4 e 0,45, o Índice de Estados falidos, que coloca a Libéria como o 27º país mais falido do mundo, e 9º em 2005 quando foi criado tal índice, estando essa em estado de Alerta, sendo esse calculado com alguns indicadores sociais: 1.Pressões Demográficas, 2.Massivo Movimento de refugiados, 3.Legado de Grupos de Vingança, 4.Crônica e Sustentável Luta humana de classes, índices econômicos: 5.Desenvolvimento desigual das linhas grupais, 6.Declínio Econômico, indicadores políticos: 7.Criminalização, 8.Deterioração dos serviços públicos, 9.Violação de Direitos Humanos, 10.Aparatos de Segurança, 11.Crescimento de facções, 12. Intervenção de outros estados.²³

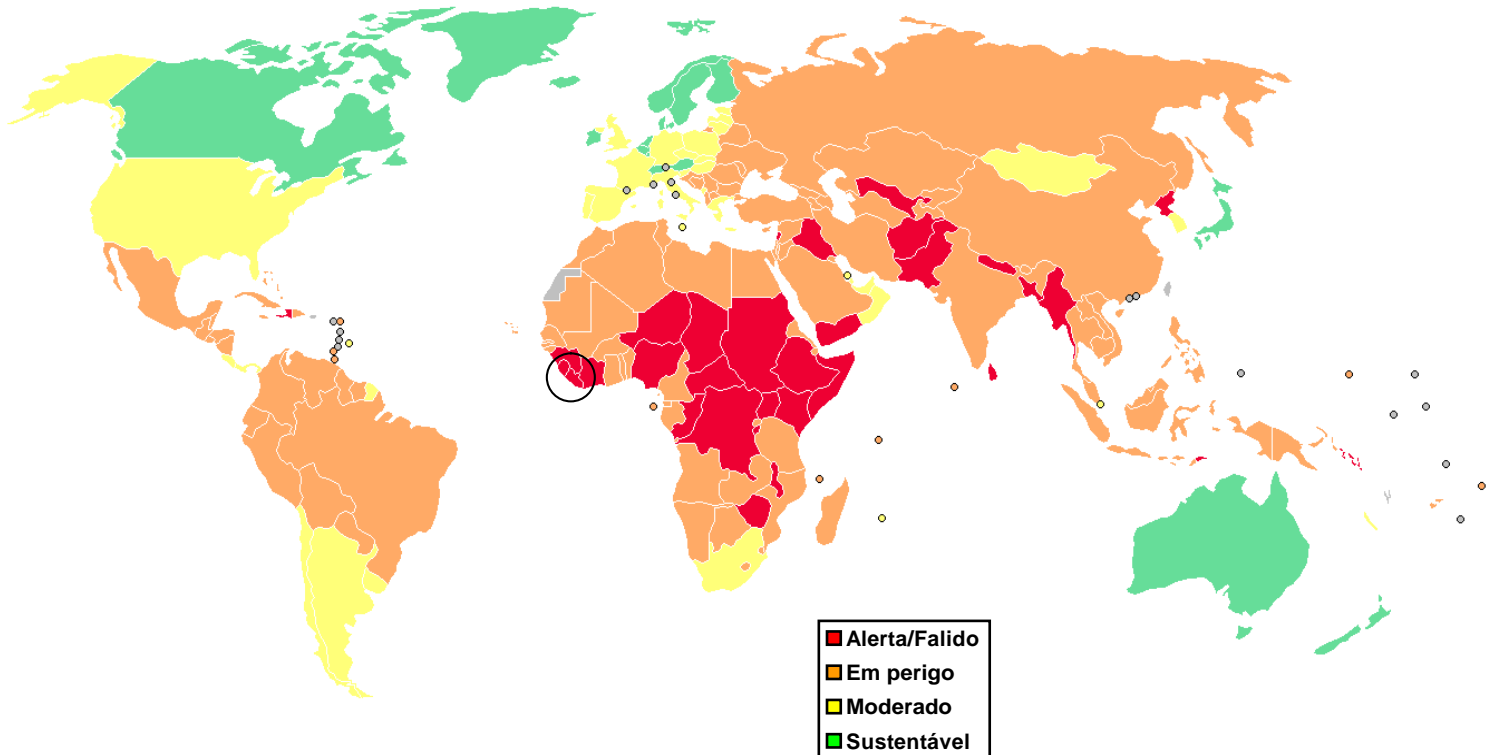
²³ Dados retirados do site: http://en.wikipedia.org/wiki/Failed_States_Index e do site: http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=102&Itemid=327#3

Figura 2.21. – Comparação dos dois índices Liberianos, Gini e IDH entre 1995 e 2005



Fonte – Relatório de Desenvolvimento Humano 2006, Wikipédia

Figura 2.22. – Índice dos Países Falidos, Com indicação da Libéria



Fonte – Fund for Peace, Wikipédia

Tais índices nos mostram um fato inegável, a Libéria é um estado falido, apresentando índices que mostram o país não só a falência, mas que apresenta uma população quase miserável e um crescimento econômico quase nulo, contudo é importante também notar, que a partir de 2005, a Libéria entrou em um processo de revitalização democrática, e com a nova presidente o país tem alcançado índices que

não alcançou nos últimos 20 anos, obviamente, que o país não deixa de ser considerado miserável, ou capaz de melhorar a qualidade social e de vida da jovem população liberiana, contudo já nos é de alívio, indicar que o país depois de anos de guerra civil, e uma crise que fez o país não ter dados para elaboração e análise de índices, conseguir “colocar a cabeça pra fora do buraco” com sua própria força.

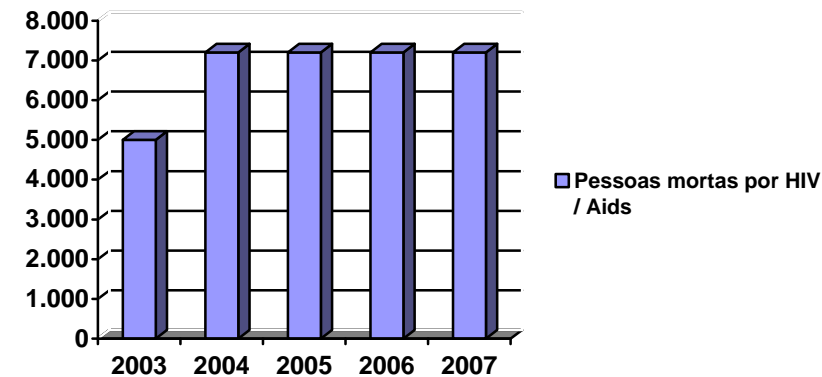
Após analisarmos como a Libéria segue com a tentativa da erradicação da pobreza, tentaremos mostrar como ela tenta resolver o fato de erradicação do HIV / AIDS e do combate a mortalidade infantil e das mães gestantes.

Primeiramente devemos falar do sistema de saúde liberiano, segundo o Joint Needs Assessment Report, após o conflito civil menos de 10% dos liberianos tinham acesso a qualquer assistência médica, não só isso, como o Banco Mundial indicou que apenas dois dólares per capita foram usados entre 1997-2000 para a melhoria dos sistemas básicos de saúde.

Levando isso em consideração podemos ver os índices que mostram principalmente a relação da propagação de doenças, com a taxa de mortalidade infantil e expectativa de vida, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2006 sobre a Libéria, em 2003 56,9% das mortes ocorreram devido à malária, quando em 1997-2000 foram de apenas 10%, a própria malária causou anemia entre as mulheres grávidas causando mortalidade maternal, um problema que as metas do desenvolvimento do milênio tentam conter, não só a malária, mas podemos ver que outras duas doenças afetam relativamente em muito tais índices, a Tuberculose onde a cada 10.000 pessoas morrem 40, e o HIV / AIDS que tinha sido contraído por 12,3% da população em 2003, quando em 2000 era de 8,2%. Segundo a CIA World Factbook, o país é tido como muito perigoso no índice de contágio de doenças, sendo essas pela água com a esquistossomose, pelo ar, com malária e febre amarela, e pela comida, com diarreias e hepatite A.

Abaixo podemos ver o numero de mortos por HIV / AIDS ao longo dos últimos cinco anos, em um país que tem cerca de 100.000 habitantes com a imunodeficiência, cerca de três a cada 100 liberianos.

Figura 2.23. – Número de mortos por HIV / AIDS na Libéria nos últimos 5 anos em milhares de pessoas

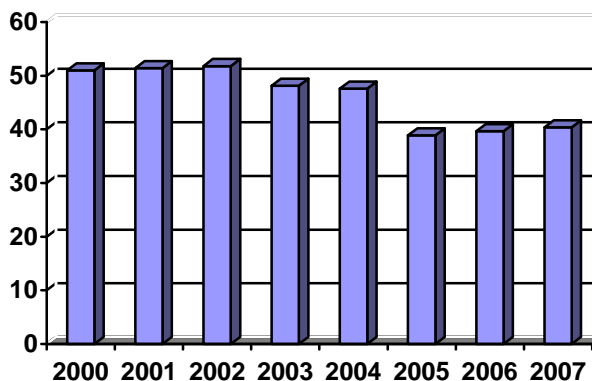


Fonte – Index Mundi

De fato, o HIV / AIDS é sempre um índice alarmante, mas em um ranking mundial, a Libéria se apresenta apenas em 44º com 7.200 mortes, sendo, segundo o CIA World Factbook, os cinco países com maiores números de mortes com mais de 150.000, a África do Sul, Nigéria, Índia, Zimbábue e Tanzânia.

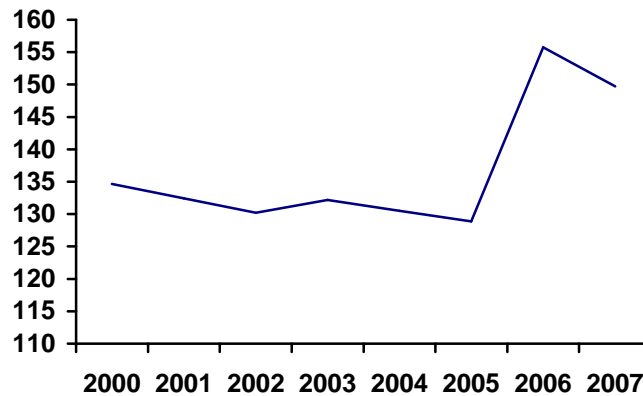
Levando em consideração a precariedade do sistema de saneamento básico do país, a falta de clínicas médicas, o pouco número de liberianos com auxílio médico, e o alto índice de contaminação por doenças, a Libéria encontrará um índice de mortalidade infantil e uma expectativa de vida muito baixa, mas que vem, após uma brusca queda pós 2000, nesses últimos anos tendo uma melhora, não significativa, mas uma melhora, em ambos os quesitos, como vemos abaixo, onde a expectativa de vida é de cerca de 40,39 anos, e a taxa de mortalidade infantil de cerca de 149 mortos a cada 1000 nascimentos.

Figura 2.24. – Expectativa de Vida na Libéria, nos últimos 5 anos



Fonte – CIA World Factbook, Index Mundi

Figura 2.25. – Taxa de Mortalidade Infantil (mortes/1000 nascimentos) na Libéria



Fonte – CIA World Factbook, Index Mundi

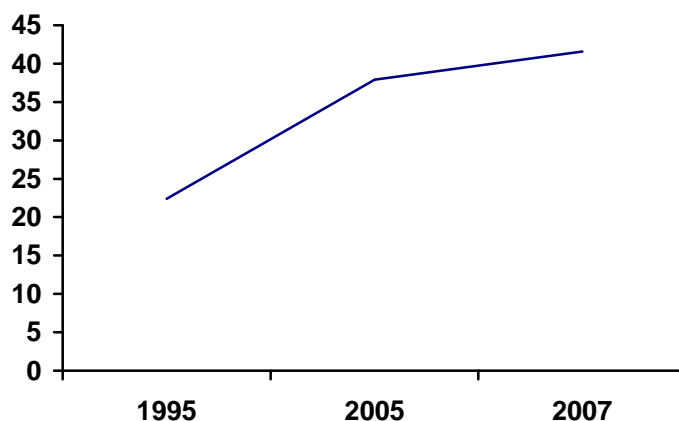
Apoiamos agora nossa discussão sobre o acesso a educação na Libéria, segundo o Relatório de desenvolvimento humano de 2006, o número de meninos e meninas na escola em 2004/2005, era de apenas 37,7%, sendo homens no 1º grau de 59,2% e de mulheres em 40,8%, o acesso ao 2º grau então, diminui mais ainda, sendo apenas 40% de população masculina e 28% de população feminina, sendo apenas 40% da população com acesso a educação, onde a média é de 55% na África Subsaariana. A primeira pergunta que nos vem à cabeça é porque tão baixo o índice de acesso a educação primária, a resposta nos é dada novamente pelo conflito pré-existente no país, as escolas foram destruídas nesse período, cerca de 75% de todos os estabelecimentos de ensino do país, soma-se isso a intensa violência e o medo pós-guerra, eram poucos os pais que permitiam aos filhos, principalmente mulheres, vide o extremo risco de sofrerem abuso sexual, de irem a escola.

Segundo próprios dados do Relatório de Desenvolvimento Humano, “O Conflito violento destrói a infra-estrutura educacional, reduz os gastos com escolas e professores, proíbe a criança a irem à escola. Escolas são costumeiramente um alvo de grupos hostis do governo devido a sua associação com a autoridade do estado. A Capacidade do governo na constrição de capital, e soma-se aos gastos militares e sociais. “

Some-se ao fato do país ter como o inglês a língua oficial, contudo somente 20% da população falam inglês, população essa que é dividida em 16 grupos étnicos com suas próprias línguas e cultura, sendo esses, 95% da população, os Kpelle, Bassa, Gio, Kru, Grebo, Mandingo, Mano, Krahn, Gola, Gbandi, Loma, Kissi, Vai e Bella; e somente 2,5% da população de descendentes diretos de norte-americanos, a língua em si já se torna uma forma de exclusão social, se as principais universidades e empresas do país se utilizam do inglês a população já com problemas de alfabetização, onde, segundo o relatório de desenvolvimento humano o numero de pessoas alfabetizadas é de 57,5%, sendo 73,3% dos homens alfabetizados.

Podemos ver já nesse ultimo índice de alfabetizados, que a educação, mesmo precariamente executada no país já traz retornos significativos, um crescimento nos últimos dois anos de 38,3% para 57,5%, como podemos ver no gráfico abaixo, segundo a UNESCO, o numero de alunos no 1º e 2º grau tem aumentado consideravelmente, chegando a 65% e 24% respectivamente.

Figura 2.26. – Taxa de Alfabetizados na Libéria em %.



Fonte – CIA World Factbook, Index Mundi

Por fim, analisaremos o índice GEM, do poder obtido pelas mulheres na Libéria, antes de 2005, havia apenas quatro mulheres entre as 64 pessoas que compõem a legislatura nacional, as mulheres não tinham voz ativa na sociedade e nos meios de produção, e apenas duas mulheres no gabinete presidencial, a partir de 2005, houve uma drástica mudança, com uma presidente, sete senadores e 13 representantes femininas na Casa dos Representativos.

3.1. Breve apresentação dos índices finais sobre as metas do desenvolvimento do milênio da África do Sul e Libéria.

Como descrito por todo esse trabalho, a meta dos países para a extrema erradicação da pobreza até 2015, se dá principalmente via a realização das metas do milênio, abaixo mostrarei como estão os países e suas expectativas para o resultado final em cada um dos índices desejados a cumprimento das metas.

Figura 3.1 – África do Sul : Balanço das Metas do Desenvolvimento do Milênio

Metas	Serão Realizadas?	Estado de Desenvolvimento
Extrema Pobreza	Difícilmente	Mediano
Educação Primária	Provavelmente	Mediano
Igualdade de Gêneros e Poder às Mulheres	Provavelmente	Fraco
Redução da Mortalidade Infantil	Difícilmente	Fraco
Melhorar a Saúde Materna	Difícilmente	Fraco
Combate a HIV / AIDS, Malária e outras doenças	Difícilmente	Forte
Garantir Sustentabilidade Ambiental	Provavelmente	Forte
Desenvolver parcerias globais para o desenvolvimento	Provavelmente	Mediano

Fonte : Relatório do Desenvolvimento Humano, Statistics South África, South África Government

Figura 3.2 – Libéria : Balanço das Metas do Desenvolvimento do Milênio

Metas	Serão Realizadas?	Estado de Desenvolvimento
Extrema Pobreza	Difícilmente	Fraco
Educação Primária	Provavelmente	Fraco
Igualdade de Gêneros e Poder às Mulheres	Provavelmente	Forte
Redução da Mortalidade Infantil	Difícilmente	Fraco
Melhorar a Saúde Materna	Difícilmente	Fraco
Combate a HIV / AIDS, Malária e outras doenças	Difícilmente	Fraco
Garantir Sustentabilidade Ambiental	Provavelmente	Fraco
Desenvolver parcerias globais para o desenvolvimento	Provavelmente	Pobre

Fonte : Relatório do Desenvolvimento Humano, Index Mundi, CIA World Factbook

Como podemos ver, ambos os países tem como metas possíveis de ser realizada, a melhoria na educação primária das escolas, com incentivos maiores as escolas sul-africanas, com integração de raças dentro das principais escolas e universidades do país, na Libéria o principal foco recente é a mobilização para retirar o medo de sair de casa e ir à escola pós-guerra civil, a igualdade de gênero e poder às mulheres, onde na Libéria encontramos uma mulher presidente, garantir sustentabilidade ambiental, onde ambos os países se mobilizaram a inserir indústrias que privilegiem a monitoração do meio-ambiente, principalmente em indústrias

madeireiras e de celulose, dando incentivos fiscais a indústrias bem capacitadas para indústrias que não produzam mais do que o nível aceitado de gás carbônico, e o desenvolvimento de parcerias globais para o desenvolvimento, principalmente na captação de recursos externos, e a Libéria na reentrada do mercado mundial.

O importante é notar que há o esforço para a realização das metas, mas talvez o principal fator para melhorias sociais, ainda esteja muito aquém de qualquer resolução, é a erradicação da extrema pobreza.

4.1. Conclusões

4.1.1. A pobreza como privação da Liberdade.

A pobreza é uma questão de privação, afetando o bem-estar das pessoas, as privações de que sofrem os indivíduos em condições de pobreza são variadas e podem ser analisadas sob diferentes pontos de vista que se complementam mais do que se opõem (Vieira, 2005), existem varias perspectivas para a privação através da pobreza, primeiramente temos a privação fisiológica, privando a manutenção da nossa eficiência física, como a proliferação de doenças como malária, ou HIV / AIDS. Temos a perspectiva das necessidades básicas sendo o conjunto de calorias indispensáveis, vistos na privação da alimentação, ou a necessidade de alojamento, alfabetização ou saneamento básico (Vieira, 2005)

Identificamos a pobreza na avaliação da satisfação ou não das necessidades básicas, o método consiste em observar o consumo real das pessoas pela busca de suas necessidades básicas, tendo uma privação absoluta do mesmo, estando esse abaixo d alinha da pobreza, na miséria ou uma privação relativa, para isso estipula-se uma “linha da pobreza” para identificar o quão pobre se encontra o individuo, para estipular tal linha é possível classificá-la em três categorias, “Quando a pobreza é definida objetivamente em função de um mínimo absoluto”, através da perspectiva da privação e racionamento da alimentação, das necessidades básicas, dos custos fixos (energia, telefone, alojamento, educação, transporte público), do racionamento das despesas totais; “Quando a pobreza significa ter menos do que outros na sociedade”, privação de bens de consumo em relação a pessoas possuidora to tal, mas nesta analise a pobreza é vista de forma circunstancial, e, “Quando a pobreza é definida como sentimento de não ter o suficiente para viver”, onde os indivíduos manifestam o nível de rendimento que consideram justos para o seu agrado doméstico, se o rendimento for inferior, então são considerados pobres. (Vieira, 2005)

Mas quando a privação da pobreza influi na privação da liberdade?

Segundo Amartya Sen, “liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e produção) podem ajudar a gerar a abundância individual além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas as outras”.

A privação da liberdade pode surgir através de processos inadequados (como a violação do direito do voto ou de outros direitos políticos ou civis), como vimos na instituição uni partidária na Libéria nos anos 80-90, ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam (incluindo a ausência de oportunidade elementar como a capacidade de escapar da morte prematura e morbidez estável ou fome involuntária) (Sen, 1999)

A expansão da liberdade é considerada (1) o *fim primordial* e (2) o *principal meio* do desenvolvimento, que são chamadas respectivamente de “papel construtivo” e “papel instrumental”, o papel construtivo relaciona-se a importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana, as liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão. Nessa perspectiva constitutiva, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades básicas: é o processo de expansão das liberdades humanas, e sua avaliação tem de basear-se nessa consideração.

São de características de liberdades instrumentais (1) *liberdades políticas*, referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar, e fiscalizar e criticar as autoridades, qualquer tipo de ditadura, como vista na América Latina nos anos 70, na China de Mão-Tsé Tung, a Rússia de Stálin e Lênin, ou partidos nacionalistas – fascistas, nazistas – de Adolf Hitler, Hiroito e Mussolini, a ditaduras mais recentes na África, como Idi Amin em Uganda, ou o já visto liberiano Charles Taylor, inserindo a liberdade de se expressar politicamente, uma imprensa sem censura, e a oportunidade de escolha entre diferentes partidos políticos, temos também (2),

facilidades econômicas, que são as oportunidades de que os indivíduos tem para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumos, produção e troca, tendo um funcionamento de mercado, (3) *oportunidades sociais*, são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc. as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor, (4) *garantia de transparências* referem-se as necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza, e, por fim (5) *a segurança protetora* que é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida a miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. (Sen, 1999)

A análise apresentada até agora, desenvolve a idéia básica de que a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim, como o principal meio do desenvolvimento, e que a privação das necessidades básicas de um homem, através da pobreza, da falta de oportunidade de estudo, para conseguir se alimentar, se vestir, de ter água tratada, faz o homem um refém da própria pobreza, vivendo quase como um cárcere, livre, mas sem a liberdade que as pessoas podem usufruir a não viverem a beira da miséria, e é este problema, meio de combate a pobreza através de políticas macroeconômicas, de crescimento econômico e integração regional e social, que veremos na parte 4.1.2 dessa conclusão, fechando a análise total desse trabalho.

4.1.2. Meios de se combater a pobreza, principalmente na África.

Primeiramente, para qualquer tentativa de erradicar a pobreza, seja essa na América Latina, África ou Sul asiático, necessita-se fazer um programa com estratégia de redução de pobreza, o PNUD pode fazer uma contribuição muito importante facilitando o processo, através de suporte operacional para o desenho dessa estratégia, baseado na experiência e vantagens comparativas adquiridos durante as fases de definição, identificando e medindo a pobreza em aumentar o financiamento para implementação da pobreza, sempre contando com a ajuda do Banco Mundial, para levantamento de fundos e doação para ajuda. (Kankwenda, Gregoire, Legros e Ouedraougo, 2000)

Vemos esse exemplo feito em Burkina Faso, onde o PNUD tenta a manutenção de um desenvolvimento humano sustentável baseado nas idéias de segurança econômica relacionada ao pagamento de empregado, uma segurança de saúde através de ajuda médica, segurança em alimentação com acesso básico a água e alimentos, e segurança política, todas através desses mesmos programas do PNUD, que realizou o mesmo na Mauritânia entre 1998-2001, ambos integraram os objetivos do controle da pobreza em desenvolvimento setorial, estabeleceu estruturas de dialogo com o Estado, com comunidades e ONGS, incrementou a ajuda ao ministério em aumentar políticas publicas de controle de pobreza e administração das mesmas. (Kankwenda, Gregoire, Legros e Ouedraougo, 2000)

A pobreza em si, é multidimensional, é necessário chegar à comunidade pobre e dividir os benefícios do crescimento com os mesmos, aumentar a capacidade da melhora social, e reduzir a vulnerabilidade a riscos, para isso, é necessário uma meta de pobreza a médio e longo prazo bem definidos, como são as metas do desenvolvimento do milênio, e não somente isso, mas com parceiros nacionais e internacionais para melhorar o suporte efetivo aos programas do PNUD. (Kankwenda, Gregoire, Legros e Ouedraougo, 2000)

Segundo Kankwenda, Gregoire, Legros e Ouedraougo, economistas do PNUD, existem três níveis de ação ao combate a pobreza, o nível macroeconômico, com visão e desenvolvimento de objetivos, visando políticas publicas e macroeconômicas, incluindo policiamento fiscal e de taxas, políticas de gasto publico, preços, emprego, políticas sociais, trocas comerciais e desenvolvimento e cooperação com problemas governamentais, o segundo nível é o mesmo, ou intermediário, considerando os problemas, objetivos e prioridades em setores operacionais, capacitar a fazer políticas públicas, e entregar serviços e instrumentos para achar os problemas envolvendo a desigualdade social, aqui, temos principalmente o papel do Estado, na implementação da descentralização e melhora nos sistemas judiciários. Finalmente, o terceiro nível, o microeconômico envolvendo políticas com projetos operacionais e ações tangíveis envolvendo investidores, incluindo acessos produtivos a recursos essenciais.

Passamos então para uma referencia na ajuda da redução da pobreza, o Banco Mundial, a estratégia do banco é baseada em três ares focada, i) identificar um modo

de crescimento econômico que ira incluir pessoas pobres e oferecer a eles oportunidades para melhora do bem-estar, isso irá se desenvolver em reformas institucionais e macroeconômicas designadas a aumentar os fatores da demanda de trabalho não-capacitado no mercado de trabalho e a eliminar os fatores de discriminação contra pequenas empresas, esse exemplo de crescimento econômico, vias políticas macroeconômicas, e de pequena empresa, podemos ver o utilizado em Moçambique, visando um crescimento médio anual de 8% do PIB, criando condições para que a incidência da pobreza absoluta decresça cerca de 70% (ao nível nacional) para menos de 50% em 2010, segundo o CEsa (Centro de Estudos sobre a África e do desenvolvimento do Instituto superior de Economia e Gestão da Universidade técnica de Lisboa) a percentagem da população pobre em Moçambique cai de 70% de 1997 a uma expectativa de queda para 50% em 2009, onde a partir de 1987, o país tinha crescimento econômico negativo e PIB per capita em decréscimo, foi quando iniciou-se o Programa de reabilitação econômica o PRE, com crescimento sustentável, aumentando 9% o crescimento da agricultura e pecuária, liderado pelas empresas familiares e 18% na industria transformadora (excluindo mega-projetos), vendo isso conclui-se o dito anteriormente pelo PNUD a expansão das capacidades humanas através do crescimento econômico. (Vieira, 2005).

Continuando, ii) desenvolver capital humano por dar aos pobres, melhor acesso a serviços básicos, educação, saúde e planejamento familiar, iii) providenciar uma rede social de segurança para os que não podem se beneficiar das vantagens trazidas pela reforma econômica (a extrema pobreza). (Kankwenda, Gregoire, Legros e Ouedraougo, 2000)

Estratégias para promover crescimento econômico sustentável e estabilizado geralmente foca em reforma econômica estrutural: crescimento, particularmente na agricultura, como discutimos anteriormente o caso de Moçambique, a promoção de infra-estrutura produtiva (transporte, energia, comunicação) e acesso a tecnologia, crédito e emprego, incentivando o crescimento do capital humano, isso depende primariamente nas iniciativas de desenvolver a educação básica e de saúde. (Kankwenda, Gregoire, Legros e Ouedraougo, 2000)

O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o ADB têm adotados um “approach” bem consistente e essencial contra a pobreza, o banco Mundial, por exemplo, gastou US\$ 2.339,3 milhões entre 1992 e 1994 e US\$ 1.732,1 entre 1995 e 1997 em serviços na área de educação, saúde e água para regiões urbanas, com US\$ 0,9 bilhões e US\$ 1,3 bilhões para educação e saúde, um crescimento de 38%, os países estudados Libéria e África do Sul receberam respectivamente 123 milhões de dólares em 1993 e 207 em 1996; e 500 milhões em 1993 e 374 milhões em 1996, o Banco Mundial também teve mais de 103 projetos entre 1995 e 1997 para redução da pobreza, sendo 32 desses em ajustes estruturais, 29 em infra-estrutura, 38 em construção de capacidade e 4 de outras maneiras. (Kankwenda, Gregoire, Legros e Ouedraougo, 2000)

Voltando a falar de parceiros, como Sachs insinua sobre a ajuda dos países ricos a esses países mais pobres, sendo necessário e essencial para o crescimento dos países africanos uma ajuda externa, seja essa de governos internacionais como o mesmo diz que se EUA dispusessem de doar 0,7% de seu PNB para a ajuda internacional, os países cresceriam cerca de 100% por mês (Sachs, 2005), facilitando a meta de crescimento de 8% estipulado para os países africanos. Nesse ponto, encontramos doações da Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça e EUA. (PNUD, 2000).

Também são interessantes duas análises de idéias para a erradicação da pobreza em Longo Prazo, a primeira vem de Henry Kyambalesa, que num modelo econométrico chamado de IDRA (*Import Demand Regression Approach*), ele propõe a integração do comércio entre os países africanos subdesenvolvidos, aumentando significativamente às trocas comerciais entre os países, resultando no crescimento do capital interno dos mesmos, ele também cita que tal modelo foi usado na Espanha e Portugal após a entrada da União Européia e do *European Free Trade Association* ocorrendo um aumento de 1.1 bilhões devido à integração dos dois países. “Plummer usa o IDRA para estimar os efeitos da ascensão da Espanha e Portugal na Comunidade Européia, e, enquanto, acha uma substancial troca comercial em manufatura, é tido com melhor compensação pro diversificação de trocas na agricultura

(...) Um aumento na área de integração de \$1.1. bilhões” (Kyambalesa, 2002), por fim, temos também uma idéia interessante na visão de Presbisch e Celso Furtado, onde eles indicam idéias como noção de planejamento, acumulação de Capital via expansão da agricultura, e principalmente da compressão dos gastos dos grupos de alta renda dos países, no caso, Latino –Americanos, mas é interessante fazer essa ponte aos países africanos, já que o problema são relativamente iguais, se tornando um desenvolvimento a partir de uma questão autentica.

Por fim, é interessante notar as diversas idéias e teorias de grandes estudiosos para erradicação da pobreza, na minha opinião uma mescla de integração dos países africanos com a ajuda externa do Banco Mundial, PNUD e doações de países de Grande Desenvolvimento, ajudariam a longo prazo, a não erradicar a pobreza, mas diminuí-la consistentemente como aconteceu no Sul da Ásia nos anos 90.

BIBLIOGRAFIA

Livros

GREGOIRE, Luc-Joël. et al. **Poverty Eradication: Where Stands Africa?**. Paris: Econômica 2000. pág. 269-311

KREININ, Mordacha E.; PLUMMER, Michael G. **Economic Integration and Development: Has regionalis delivered for developing countries?**. Edward Elgar: 2002. pág. 37-39

KYAMBALESA, Henry; MATHURIN, Houngnikpo. **Economic Integration and Development in Africa**. Ashgate Publishing 2006. pág 15-44

MERLE, Marcel. **Bilan des Relations Internationales Contemporaines**. Paris: Economica 1995. pág. 5-29.

SACHS, Jeffrey. **O Fim da Pobreza**. São Paulo: Companhia das Letras 2005. pág. 37-258

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado editora: 2000. pág. 23-46, 111-144.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras 1999. pág. 27-71.

VIEIRA, Sérgio Pires. **Crescimento Econômico, desenvolvimento humano e pobreza: Análise da situação em Moçambique**. Lisboa: CesA 2005.

Tese

FRONZAGLIA, Maurício. **Novos atores e a nova agenda internacional na virada do século: um estudo dos programas Urb-AL/União Européia, Cities Alliance/Banco Mundial e Habitat/ONU – a partir de 1995**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Sites

AIDS DEMOGRAPHIC MODEL. Apresenta informações e estatísticas sobre a AIDS / HIV na África do Sul. Disponível em: <<http://www.assa.org.za/aidsmodel.asp>>. Acesso em: 6 Mar. 2007

BANCO MUNDIAL. Apresenta informações e estatísticas sobre operações e índices financeiros da África do Sul e Libéria: Disponível em:
<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/PROJECTS/0,,countrycode:ZA~cntry:ZA~menuPK:64819306~pagePK:64392398~piPK:64392037~theSitePK:40941,00.html>>.
<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/PROJECTS/0,,countrycode:LR~cntry:LR~menuPK:64819306~pagePK:64392398~piPK:64392037~theSitePK:40941,00.html>>
Acesso em: 18 Nov. 2007

CAPACITY ASSESSMENTS. Apresenta informações do PNUD sobre Desenvolvimento com Capacidade. Disponível em <<http://www.capacity.undp.org>>. Acesso em: 27 jun. 2007

CIA WORLD FACTBOOK. Apresenta informações e diversas estatísticas sobre AIDS, pobreza, índices de mortalidade e analfabetismo e outras dos países África do Sul e Libéria. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em 17 abr. 2007

CRIME STATISTICS. Apresenta estatísticas sobre os crimes cometidos na África do Sul. Disponível em: <www.capegateway.gov.za/eng/pubs/public_info/C/86878/>. Acesso em: 25 jul. 2007

FUND FOR PEACE. Apresenta estatísticas sobre a Libéria, e sobre o ranking de países falidos. Disponível em:
<http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=102&Itemid=327#3>. Acesso: 8 out. 2007

GOODWILL MATCH AGAINST POVERTY. Apresenta índices financeiros sobre o jogo da boa vontade realizado pelo PNUD através de Ronaldo e Zidane para erradicação da pobreza. Disponível em:
<http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=102&Itemid=327#3>. Acesso: 3 mai. 2007

INDEX MUNDI. Apresenta informações e índices estatísticos sobre a Libéria. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/liberia/>>. Acesso: 5 nov. 2007

ONU. Apresenta diversas informações sobre a Organização das Nações Unidas e seus apêndices. Disponível em <<http://www.un.org>>. Acesso: 25 fev. 2007

PNUD. Apresenta diversas informações sobre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, como gastos, história, subdivisões e outros. Disponível em <<http://www.undp.org>>. Acesso: 31 jan. 2007

RELATÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO; Apresenta uma análise geral do que é o relatório de desenvolvimento humano. Disponível em <<http://hdr.undp.org/hdr2006/>> Acesso em: 18 abr. 2007

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO ÁFRICA DO SUL 2003. Apresenta todo o relatório da ONU sobre o desenvolvimento humano na África do Sul. Disponível em: <http://78.136.31.142/en/reports/nationalreports/africa/southafrica/south_africa_2003_en.pdf> Acesso em: 14 jul. 2007

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO LIBÉRIA 2006. Apresenta todo o relatório da ONU sobre o desenvolvimento humano na Libéria. Disponível em: <http://78.136.31.142/en/reports/nationalreports/africa/liberia/liberia_2006_en.pdf> Acesso em: 7 set. 2007

STATISTICS SOUTH AFRICA. Apresenta diversas estatísticas sobre a economia sul-africana. Disponível em <<http://www.statssa.gov.za/keyindicators/keyindicators.asp>> <<http://www.statssa.gov.za/PublicationsHTML/P030932005/html/P030932005.html>> Acesso em: 29 jul. 2007

THE ECONOMIST. Apresenta uma análise da revista Economist sobre a economia e políticas na África do Sul. Disponível em: <<http://www.economist.com/countries/SouthAfrica/>>. Acesso em 18 jun. 2007

WIKIPÉDIA. Apresenta demais índices e análises sobre a África do Sul, Libéria, Estados Falidos, ONU, PNUD, IDH, Pobreza, Metas do Desenvolvimento do Milênio. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/África_do_Sul>
<http://en.wikipedia.org/wiki/Failed_States>
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/IDH>>
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Libéria>>
<<http://en.wikipedia.org/wiki/Liberia>>
<http://en.wikipedia.org/wiki/Millennium_Development_Goals>
<<http://en.wikipedia.org/wiki/Poverty>>
<http://en.wikipedia.org/wiki/South_Africa>
<<http://en.wikipedia.org/wiki/UN>>
<<http://en.wikipedia.org/wiki/UNDP>>

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.